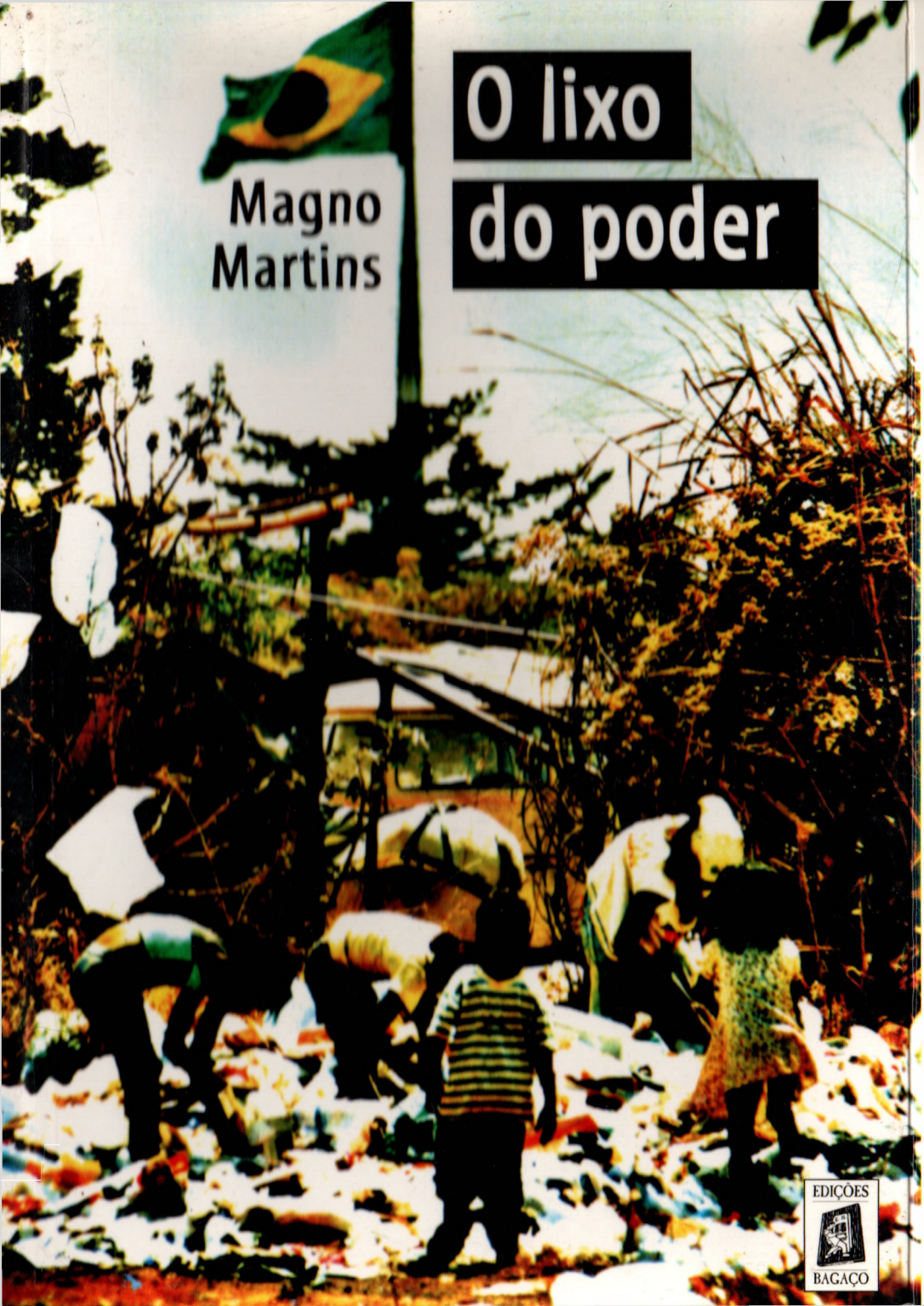


Quando nasceu, um anjo torto, desses que vivem (diferente do caso de Drummond) no Sol, disse: "Vai, menino, ser *magno* na vida".

Não sei se foi a sina que confirmou o nome ou o nome que confirmou a sina. O que sei é que Magno Martins cresceu, venceu e ficou grande, ratificando a profecia do anjo torto.

De fato, não é fácil para quem nasce lá nas entranhas do Sertão Nordestino, mais precisamente, no Sertão Pernambucano do Pajeú, superar as dificuldades e se firmar como gente neste Brasil desigual. Vir ao mundo por aquelas bandas não chega a ser uma sentença de condenação à pobreza, passada em julgado, mas é quase um fadário.

Por ali todos os cantos são pobres e belos.

O canto de se viver é pobre (bem que poderia ser rico).

O canto de se ouvir, venha de onde vier, do sabiá, do acauã, do repentista, é belo (até as pedras são mais rimas do que desenho).

Quem por ali nasce, gruda na terra e na poesia e nunca deixa seu canto.

Uns porque escapam da morte severina, que é morrida como anjinho, mas que não escapam, antes dos vinte, da morte matada na emboscada.

Outros porque são tão teimosos que mastigam e engolem a sede braba. Não dão o braço a torcer, nem deixam a estiagem vencer a coragem.

Muitos, migrantes ou retirantes, que da terra só levam saudade, se mandam, de mala e cuia, catando esperança. Comovente é que, onde quer que estejam e qualquer que seja a vida que levem, cantam seu povo, sua alma, suas tradições, como cantou Camões à sua gente belicosa.

O Sertanejo é assim. Magno Martins é assim, Criaturas de raízes e sensibilidade.

Não é por acaso que Magno começa o livro, tendo Maria de Jesus, pernambucana de Afogados da Ingazeira, como personagem e, como ele, filha do Sol, irmã na a(des)ventura do adeus ao chão de nascença; ele dobrou o destino e ela, de uma vez só vez, Maria e Jesus, segue a via-crúcis da paixão sem perder a fé na ressurreição.

Nele transbordam dois sentimentos: o da indignação e o da solidariedade.

O da indignação está em cada palavra do livro-denúncia, que retrata a convivência repugnante de homens e ratos na monumental Brasília, onde, à sombra do luxo ou do lixo do poder, a gente nunca sabe onde começa o rato e termina o homem e onde começa o homem e termina o rato.

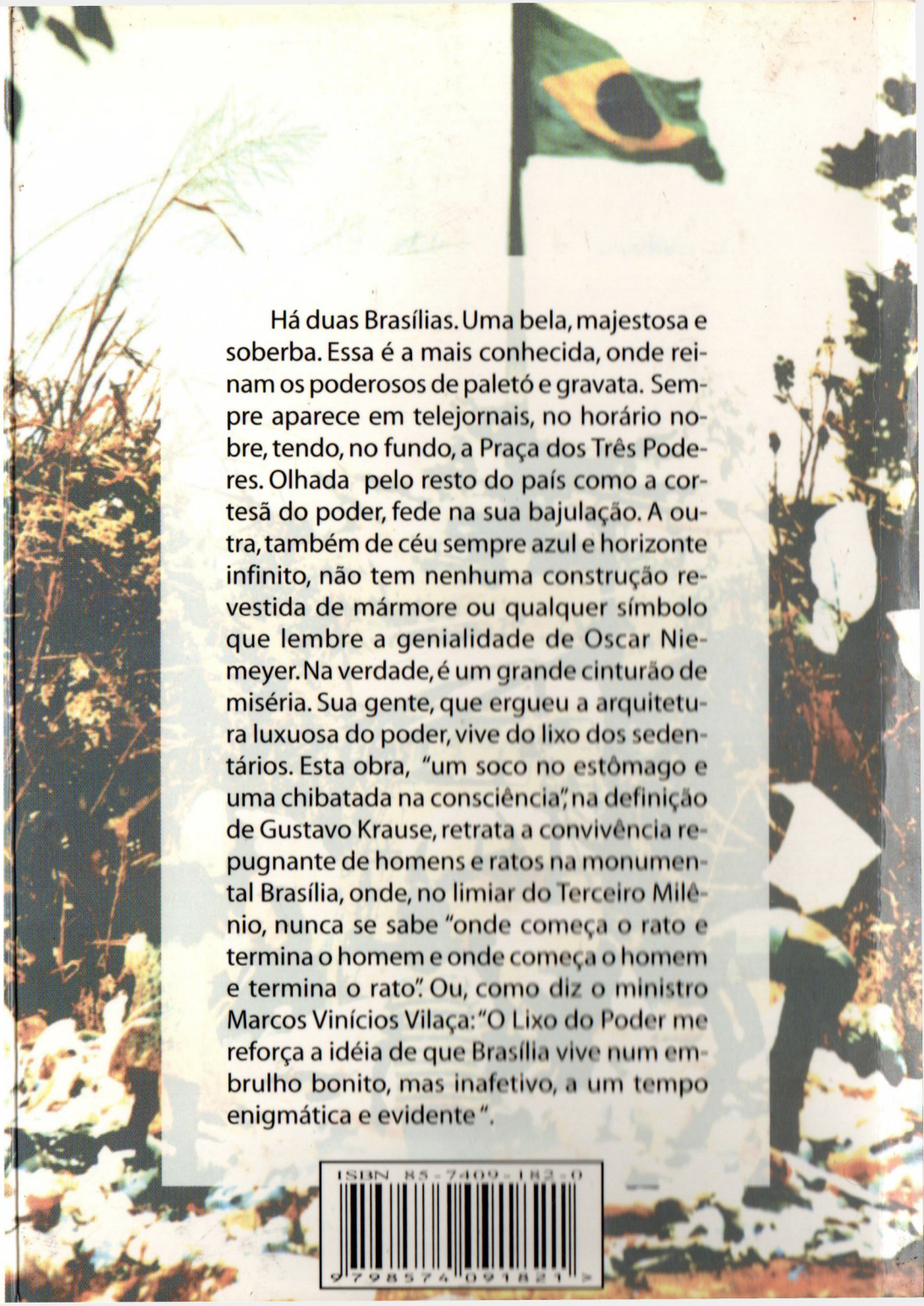
O sentimento de solidariedade está expresso no compromisso político do jornalista, a quem a profissão confere um enorme poder. Para James Fallows, autor de ***Detonando a notícia***, o jornalista tem "o poder positivo de expandir a compreensão da realidade ou de trazer novas partes do mundo para a notícia que escreve.

Magno traz "novas partes do mundo" – exatamente o "Lixo do Poder"– como uma realidade despercebida – ou, que é mais grave, incorporado ao cotidiano, apenas, como um desconforto e uma ameaça à vida boa e segura que as cidades ainda podem (se é que podem) oferecer.

O livro é um soco no estômago e uma chibatada na consciência.

Magno é assim. Jamais fez jornalismo para ser amado. O seu trabalho, porém, é fonte de amplo e merecido reconhecimento.

Gustavo Krause



Há duas Brasílias. Uma bela, majestosa e soberba. Essa é a mais conhecida, onde reinam os poderosos de paletó e gravata. Sempre aparece em telejornais, no horário nobre, tendo, no fundo, a Praça dos Três Poderes. Olhada pelo resto do país como a cortesã do poder, fede na sua bajulação. A outra, também de céu sempre azul e horizonte infinito, não tem nenhuma construção revestida de mármore ou qualquer símbolo que lembre a genialidade de Oscar Niemeyer. Na verdade, é um grande cinturão de miséria. Sua gente, que ergueu a arquitetura luxuosa do poder, vive do lixo dos sedentários. Esta obra, "um soco no estômago e uma chibatada na consciência", na definição de Gustavo Krause, retrata a convivência repugnante de homens e ratos na monumental Brasília, onde, no limiar do Terceiro Milênio, nunca se sabe "onde começa o rato e termina o homem e onde começa o homem e termina o rato". Ou, como diz o ministro Marcos Vinícios Vilaça: "O Lixo do Poder me reforça a idéia de que Brasília vive num embrulho bonito, mas inafetivo, a um tempo enigmática e evidente".

ISBN 85-7409-182-0

Magno Martins

O LIXO DO PODER

EDIÇÕES BAGAÇO

Recife/1999

O Lixo do Poder
© Copyright by Magno Martins

Fotografias:
Roque de Sá
Laurindo Gomes

Revisão:
Jeruza Filipini

Editoração Eletrônica:
Tarciso Júnior

Coordenação Editorial e Impressão:
Edições Bagaço
Rua dos Arcos, 150 – Poço da Panela – Recife/PE
Cep 52061.180 – Tel./Fax: (081) 441.0132

M386v Martins, Magno
O lixo do poder / Magno Martins. – Recife : Bagaço, 1999.
117p. : il.

1. BRASÍLIA – CONDIÇÕES SOCIAIS. 2. LIXO – APROVEITAMENTO – ASPECTOS SOCIAIS. 3. NORDESTINOS EM BRASÍLIA – CONDIÇÕES SOCIAIS. I. Título.

PeR – BPEPCB C D U 304(81)

Impresso no Brasil

"O final do milênio é um tempo de pessoas sem endereço. Agora, em Brasília, nossos migrantes nordestinos já não vêm em busca de emprego e renda que eles sabem que não vão conseguir. Vêm em busca do lixo dos sedentários da modernidade ".

(Cristovam Buarque – ex-governador do Distrito Federal)

Oferecimento

A meus pais, Gastão e Margarida, que resistiram ao último pau-de-arara e hoje permanecem bem mais felizes contemplando as estrelas e o encantador luar do meu Pajeú, que deixei para trás no primeiro pau-de-arara.

A meus filhos, Felipe e André Gustavo, hoje mais americanos do que nordestinos: a distância não é capaz de afetar o imenso amor que tenho por eles.

Dedicatória

Esta obra é dedicada ao amigo Eduardo Monteiro, presidente da Folha de Pernambuco e da Agência Nordeste. O Brasil precisa de empresários como ele: empreendedor, obstinado e, acima de tudo, com visão moderna.

Agradecimentos

A socióloga e assistente social Iracema Souto: sem a sua orientação, os seus conhecimentos e a sua exemplar luta em defesa da gente nordestina do Recanto das Emas, esta obra não teria nascido.

Ao fotógrafos Roque de Sá e Laurindo Gomes, companheiros de incursão na nação dos "lixíveros"; à jornalista Paula Losada, editora-geral da Folha de Pernambuco, pelo carinho, apoio e incentivo; ao Correio Braziliense, fonte de pesquisa; à amiga Branca Campos Góes, conterrânea de Afogados da Ingazeira, sempre presente em minha trajetória profissional.

Prefácio

"Da minha terra, só trago saudade".

(Elísio Alves dos Santos, nordestino e morador da Ceilândia)

O texto que adiante se oferece ao leitor é ostensivamente o de um repórter. É jornalístico. Tem o nervosismo da criação de redação de jornal. O afã de dizer, de dizer logo, de informar e de se amparar em abonadores, quando necessita opinar.

Magno Martins parece fiel ao ensinamento de um notável jornalista pernambucano da primeira metade do século, antecessor de tanta gente boa no Diário de Pernambuco. Falo de Aníbal Fernandes. Fidelidade a esta regra: o fato é sagrado, o comentário é livre.

Os fatos vão se sucedendo: Brasília é monumento mundial por decisão da Unesco; Brasília dos pobres é nordestina, mas a dos ricos não vem de lá; Brasília está ficando incivil; Brasília é dos modernômades; Brasília dói na sua solidão e assim por diante.

Os comentários se juntam ao aval das pesquisas científicas, ao opinamento universitário, às constatações procedentes, como a de que grande responsabilidade pelo desajuste social de Brasília está fora dela, pela ausência, sobretudo mais recentemente, de uma consistente política de correção de desequilíbrios regionais. Nos últimos anos, então, o esfacelamento da Sudene e seu anacronismo foram fatais para o Nordeste, que se transformou numa guerrilha de estados e na apoteose da descoordenação regional.

T.S Eliot lembra que a pátria é o lugar de onde se vem. Por isso, a pátria do nordestino, em Brasília, continua naqueles chãos de auroras longas e crespúsculos breves.

Eu mesmo confesso que, longe de Pernambuco, sou só saudades e o fato de viver em Brasília, de outra parte, me estimula a identificar sua fecunda porosidade de inflexões culturais, enlaçando a tradição e a inovação, entre o distante e o próximo, entre origem e destino, entre saudades e alvoradas, vivendo "los recuerdos del porvenir".

Magno Martins me reforça a idéia de que Brasília vive num embrulho bonito, mas inafetivo, a um tempo, enigmática e evidente. Não aprecio a sua avareza de espontaneidade. Só vejo um certo à vontade no espontâneo, quando de alguns atos de fundo político. Mas acho pouco. Parece charge em Diário Oficial.

Em Brasília, é fácil perceber a transposição do que faz a diferença entre abstração da idealização urbana e sua efetivação.

E há gente que não compreende essas coisas e joga preconceitos, quando deveria compreender o "desenraizamento" e não escutar vozes de inconveniência nos sons de sobrevivência do bumba-meu-boi, do forró, do frevo. Ao contrário, são vozes de quem quer convivência.

Magno Martins, em exercício de cidadania, o que deseja mesmo, embora não verbalize claramente, é que a "economia do lixo" não sancione ainda mais os "franciscos".

Veja o leitor, a seguir, se não estou certo que Brasília realize a idéia convergente do Fundador, que ela nos orgulhe não só pelo estupendo e escultural cenário, mas por civitas convivível.

Marcos Vinícios Vilaça,
em Brasília do Lago Sul,
mês de Maria, 99

Introdução

Pele curtida do sol abrasador do Sertão Nordestino, traços de índia, olhar melancólico, a camponesa Maria de Jesus Sampaio, 48 anos, está há 20 anos em Brasília. Nunca entrou no Congresso Nacional, sabe que o presidente Fernando Henrique Cardoso despacha no Palácio do Planalto, que fica a menos de 500 metros de onde ela cata lixo, porque "os mais esclarecidos me dizem", mas nunca chegou sequer próximo à rampa do poder.

A Esplanada dos Ministérios, onde já desfilaram tanques, estudantes em passeatas, palco da cena grotesca em que o General Newton Cruz chicoteava manifestantes e carros que faziam um buzinaço contra a derrota da emenda constitucional das eleições diretas, em 1983, também é um

mundo estranho no quotidiano de Maria de Jesus.

O Palácio da Alvorada, às margens do Lago Paranoá, obra-prima de Niemeyer, que se tornou símbolo do movimento moderno da arquitetura brasileira, é a residência oficial do presidente da República. Com a eleição de Fernando Henrique, é a primeira vez, desde Juscelino, que um presidente está feliz por morar nele.

Mas, Maria de Jesus não tem a menor idéia de que o Alvorada foi rejeitado por Sarney, que reclamou que o local era um verdadeiro forno e uma primeira-dama chegou a chamar de "aquário" a fantástica obra de Niemeyer. Seus conhecimentos passam distante dessa realidade, porque o seu mundo não tem construções revestidas de mármore e fachada de vidro, nem, muito menos, colunas brancas que se abrem em semicírculos, como o Palácio do Jaburu, outro símbolo da genialidade de Niemeyer.

Há um *apartheid* social na capital da República, sem perspectivas de fim. Maria de Jesus é o retrato mais fiel dessa realidade. Realidade, aliás, expressa até nas urnas. Nas últimas eleições, o resultado mostrou, exatamente, essa divisão. Joaquim Roriz venceu Cristovam Buarque com os votos do *apartheid,* que ele próprio construiu, encutindo a idéia da "terra prometida", em seu primeiro governo.

As duas Brasílias separam-se por um abismo colossal. À noite, quando o poder se encontra no restaurante Piantella, refúgio da direita, ou no Francisco, preferido de Fernando Henrique antes de ser eleito, para tramar peraltices políticas, Maria de Jesus disputa o espaço do seu barraco com ratos e baratas. Ali, desamparada, ela nem imagina que o circuito dos famosos, o Piantella, foi parada obrigatória de Ulysses Guimarães, com a turma do "poire", um licor de pêra, bebida predileta do "Senhor Diretas".

A sofrida camponesa é vítima de uma divisão perversa e preconceituosa, que se arrasta desde a construção da cidade. Os militares chegaram a colocar barreiras para impedir aqueles que não tivessem carteira de trabalho assinada, ou comprovassem sua residência, de entrar no projeto de Lúcio Costa.

A cidade construída por Juscelino e 60 mil candangos – "as abelhas do Planalto"–, como ficaram conhecidos na época – chega à maturidade com seu projeto subvertido. A cidade passou a ser apenas parte da Brasília real. O provisório permaneceu e, desafiando os prognósticos e as intenções iniciais, cresceu e hoje se agiganta.

Fruto da profecia de um santo e do sonho de um visionário (dizem que em 1883, Dom Bosco sonhou que entre os paralelos 15 e 20, no centro

do País, nasceria uma nova civilização), Brasília não conseguiu ser exceção na regra do desordenamento urbano que pontilha os grandes centros do País.

Concebido a partir de uma série de reportagens publicadas na Folha de Pernambuco, finalista do *Prêmio de Jornalismo Cristina Tavares,* em 1998, o mais importante do Nordeste, este livro é uma pequena amostragem da Brasília, não a projetada, bela, majestosa e soberba de Juscelino Kubitschek, mas a Brasília acidental, esparramada sobre assentamentos aleatórios, próximos ou distantes, até passíveis de eliminação, quando a cidade monumental se completasse.

O processo de migração descontrolado, que provoca impacto na oferta de habitação e no uso excessivo dos serviços públicos, gerou também uma deterioração na qualidade de vida e um forte impacto nos recursos naturais. Isso, no entanto, já estava previsto pelo próprio Juscelino, quando em discurso, em 1960, afirmou: "Está bem, pessoal. Que cada um faça a sua casa. Mas nada de invadir o Plano Piloto."

Naquele mesmo ano, quatro mil pessoas acamparam ao lado da Cidade Livre, mais tarde batizada de Núcleo Bandeirante. Diante do Restaurante JK, em um sábado no qual o en-

tão presidente estava na cidade e marcara um jantar, eles se autoproclamaram Invasão Sarah Kubitschek.

"Queremos ficar onde estamos. Viva o presidente Juscelino! ", diziam seus cartazes. Resultado: ganharam a promessa de lotes a 25 km do Plano, Juscelino não foi jantar, e Taguatinga, a segunda invasão, nasceu, às pressas.

De lá pra cá, 19 cidades-satélites foram criadas, um cinturão de miséria se formou, abrigando um milhão de pessoas, e, hoje, há uma luta universal pela distribuição de terra. "Não tenho lembranças muito boas. Pelo menos resta o Eixo Monumental, um ponto de visita", diz o arquiteto Oscar Niemeyer, entristecido com a transformação radical sofrida pela cidade que planejou.

Esta obra desmistifica a Brasília olhada pelo resto do país como a cortesã do poder, paraíso das falcatruas, das mordomias e dos engravatados. A Brasília das páginas seguintes não é a dos políticos, dos ministros, dos barões ou lobistas, que fede na sua bajulação. Esta Brasília, de céu sempre azul e horizonte infinito, é a que abstrai a intimidade de uma gente que se acostumou a viver na miséria.

Brasília, 26 de maio de 1999
Magno Martins

Sumário

1. *Invasão de nordestinos* 27

2. *A fome se mata no lixo* 39

3. *O teto dos nordestinos* 47

4. *O Nordeste é na Ceilândia* 57

5. *Sob o império do medo* 69

6. *Nem no último "pau-de-arara"* 81

7. *A tragédia urbana* 93

8. *Fotos* 103

Invasão de nordestinos

Brasília está localizada num planalto. Não tem mar, não tem montanhas. É o deserto transformado em metrópole, como define Oscar Niemeyer, que, com suas linhas arredondadas e suaves fez a obra-prima que se tornou símbolo do movimento moderno da arquitetura brasileira.

Recente estudo da ONU ratifica que o Distrito Federal é uma das unidades da Federação com maior renda *per capita* e um dos melhores índices de escolaridade do Brasil. O que a ONU não mostrou é que, faltando apenas um ano para completar 40 anos de sua fundação, uma outra Brasília, a da miséria, muito pouco conhecida do resto do país, floresceu em velocidade preocupante.

A Brasília dos pobres é a da periferia que circunda o Plano Piloto, formada basicamente por nordestinos, uma parte de mineiros e goianos sem-terra. Dos 1,8 milhões que povoam a

capital do poder, metade debandou do Nordeste ou tem pais nordestinos. A década de 90, bem próxima do seu final, está sendo(ou foi) marcada por um processo de migração de nordestinos ao cerrado tão intenso quanto o que se observou entre o final da década de 50 e o início da de 60, quando Brasília foi criada.

Cálculos oficiais de 1988 revelam que, a cada mês, 300 famílias migraram por semana para o DF, em busca da sobrevivência, sendo 73% delas de nordestinos. Só em 1996, segundo o IBGE, 100 mil novos retirantes do Nordeste se deslocaram para Brasília. O meio de transportes mudou em relação aos anos dourados da construção. Agora, eles chegam, também, em paus-de-arara, mas sobretudo, de carona, e uma grande leva, a pé. Sem qualificação profissional, aceitam qualquer empreitada, com a obstinação de realizar um sonho: ganhar uma moradia. Com poucos dias, constatam que Brasília não é aquela maravilha mostrada pela TV e, sem alternativas, acabam na mendicância.

Diferentemente da Brasília dos poderosos de paletó e gravata, mostrada pelos telejornais no horário nobre, tendo, no fundo, a Praça dos Três Poderes, a Brasília dos pobres também não tem nada que lembre uma "ilha da fantasia". Não tem mais espaço, sequer, para quem chega. Saturou-se, literalmente. Os novos migrantes vivem sob pontes e em barracos de madeirite e papelão, geralmente,

em áreas públicas que invadem, de onde são expulsos a todo instante. Não morrem de fome, porque, conforme constata o ex-governador do DF, Cristovam Buarque,(PT), "comem o lixo da gente rica que sobrevive à sombra do poder".

Marcada pelo crescente índice de desemprego, a "era do Real" conseguiu criar um fenômeno social novo em Brasília, cidade olhada pelo resto do país, como a cortesã do poder: a formação de uma população "perambulante." São os "modernômades", na conceituação do ex-governador Cristovam Buarque (PT), o primeiro nordestino de um partido de esquerda eleito para governar o Distrito Federal.

Em uma linguagem simples, poderia ser a chamada população da fome. Oficialmente, segundo dados da Codeplan, 500 famílias, a maioria do Nordeste, vivem da caridade e do lixo nas ruas de Brasília, mas o economista Marcel Bursztyn e o sociólogo Carlos Henrique, que publicaram um trabalho sobre a exclusão social no DF, apostam em um número bem maior, com base em pesquisas que fizeram, pessoalmente, com os novos migrantes, ao longo de um ano.

"Brasília tem hoje uma população de rua enorme. Só de catadores de lixo chegamos a cadastrar, em nossas pesquisas, 350 famílias, sem contar os que vivem da mendicância, que deve ser mais do que o dobro", revela Marcel, que define como "mercado de trabalho" dessa gente, o lixo, as esmolas e a guarda de carros.

Os lavradores que chegam do Nordeste, quase a totalidade dos migrantes que adotam as ruas como moradia, não conseguem emprego na área rural em torno de Brasília. Falta-lhes o mínimo do domínio das técnicas e do manejo da terra, que são bem diferentes da região de origem. O novo fenômeno social fez do Distrito Federal uma região-problema. Há estimativas de que existiam, até o final de 1998, 200 mil desempregados, em uma cidade sem indústrias, com bolsões de miséria a menos de 1 km do gabinete do presidente da República, cidades-satélites, que avançam desordenadamente com a solidão característica de Brasília. Solidão que dói nas avenidas largas e na falta de esquinas.

Sem terra, sem teto, sem documentos, sem cidadania, a legião de apátridas levou o ex-governador Cristovam Buarque à seguinte conclusão: "O final do milênio é um tempo de pessoas sem endereço. Estamos diante da primeira geração de migrantes claramente excluídos: os

modernômades - nômades criados pela modernidade - e lixíveros - porque vivem do lixo dos sedentários da modernidade". O ex-governador não esconde a realidade e confirma que os novos migrantes que chegam a Brasília não morrem de fome, "graças à comida que encontram no lixo".

Não há lei que proiba a migração no país e nem existem políticas públicas de controle. Mas, em Brasília, o quadro assustador de entrada de migrantes, está levando o empresariado a reagir como pode, à margem da lei. Presidente de uma *holding* formada por 13 empresas, todas sediadas na capital, o empresário Paulo Octávio, eleito deputado federal pelo PFL, deu o grito de alerta e decidiu que, a partir de agora, só emprega quem mora há, pelo menos, cinco anos no Distrito Federal.

"Temos que nos conscientizar de que não podemos mais atrair novos moradores para Brasília, novos caça-empregos, novos caça-esmola. Eu, como empresário, só emprego quem mora aqui há muito tempo. Só damos emprego para quem está estabelecido, tem raízes. Se contratarmos pessoas de fora, estaremos prejudicando famílias que ajudaram a consolidar nossa capital e hoje passam dificuldades", argumenta.

Paulo Octávio não é um empresário comum. Talvez, seja hoje um dos mais ricos de Brasília. No cenário nacional, ficou conhecido, na "Era Collor", como amigo pessoal, influente e confidente do ex-presidente. Se não bastasse, tem planos políticos. De volta à Câmara dos Deputados, com uma votação expressiva, tem planos para disputar o Governo do Distrito Federal, na primeira eleição do Terceiro Milênio, em 2002.

Sobre a crescente migração, fala sem papas na língua: "Não queremos uma cidade que, daqui a pouco, tenha quatro milhões de habitantes e seja um inferno. A sociedade e meus colegas empresários têm que seguir o meu exemplo, gerando emprego para quem está aqui há muito tempo, não atraindo famílias de outras cidades e estados".

Assim que chegam a Brasília, os migrantes nordestinos invadem áreas públicas e passam a viver uma dura rotina, como população de rua. Rotina bem antagônica aos que convivem com a cidade moderna e instrumentos de Primeiro Mundo à sua disposição. A cada semana, são expulsos pela polícia, pelo menos duas vezes, dos terrenos

que ocupam irregularmente. O DF apresenta enormes espaços vazios e, talvez por isso, eles tenham tanta facilidade em improvisar barracos. Só que 50% do território brasiliense virou área de preservação ambiental, nesse caso, proibitiva para qualquer tipo de ocupação.

O Governo do Distrito Federal, até o final de 1998, havia cadastrado seis mil famílias nas grandes invasões da cidade. A fila a espera pela moradia no Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF – Idhab – órgão que cuida da seleção e distribuição da casa popular, chegou, em dezembro do mesmo ano, a 48 mil pessoas. Antes de assumir, Cristovam encontrou 83 mil famílias na lista. Há, no entanto, pelos menos, 400 mil pessoas morando em áreas das cidades-satélites, que passam longe da realidade dos números da pesquisa da ONU, que apresentou Brasília como cidade boa para se viver.

O lavrador Gildebobi Soares dos Santos, 28 anos, procedente de Aracaju, já foi expulso, pelo menos, oito vezes da Ponte do Bragueto, a primeira escala do migrante em Brasília. Ela dá acesso ao Lago Norte, uma das áreas da nobreza. De volta ao antigo "lar", com a mulher Solange, 31 anos e dois filhos,

Soares, como todo nordestino, tem muitas aventuras tristes para contar.

Há episódios chocantes em sua vida, conhecidos, aliás, por todos os seus vizinhos da ponte. Com os olhos marejados, ele contou que perdeu um filho de um mês e 15 dias, triturado pelas ratazanas que se misturam com gente no dia-a-dia embaixo da ponte. "Eles comeram meu filho vivo, enquanto a gente pedia esmolas para sobreviver", lembra. Soares tem marcas, nos braços e nas pernas, de pancadas que sofreu, enfrentando a polícia na ponte e em várias invasões da cidade. "Um dia, eles(os policiais) chegaram aqui, expulsaram a gente na marra e queimaram nossos barracos", disse. Soares está inserido na pirâmide dos sem- nada, que vivem da mendicância. Durante o dia, pede esmolas com a mulher. À noite, tenta uns trocadinhos vigiando carros no Plano Piloto.

Duas fontes de pesquisas revelam que a Bahia é o maior estado emissor de migrantes para Brasília. Há, literalmente, uma invasão das ruas brasilienses por baianos de Irecê e Barreiras, dois pólos agrícolas que fracassaram na era do Real. Outrora grande produtor de feijão, Irecê é responsável por 25% do êxodo baiano. Já Barreiras, onde floresceu,

com a soja, uma nova fronteira agrícola nos anos 80, contribui com 20%.

Em uma pesquisa feita pelos economistas Marcel Bursztyn e Carlos Henrique Araújo, professores da Universidade de Brasília, os outros estados mais emissores de migrantes são Pernambuco, com 12%, Ceará, com 9% e a Paraíba, com 8%. Já pelo último levantamento por amostragem domiciliar, feito em 1996, o IBGE constatou a entrada de 84.050 nordestinos em Brasília, naquele ano.

O Piauí, com 20.450, lidera o *ranking*, seguido pela Bahia, com 20.172 e o Maranhão, com 17.752. Pernambuco aparece em sexto lugar, com 4.501. Esses dados, no entanto, são projetados em cima de famílias estabelecidas no DF, com moradia e documentos.

"As pessoas que moram irregularmente não entram nas estatísticas do IBGE e reside aí o grande abismo que separa os dados oficiais, da realidade", diz Marcel, um dos maiores estudiosos do tema migração em Brasília e que trabalha na produção de um novo livro sobre a população de rua da capital.

A fome se mata no lixo

Dona Maria Socorro da Conceição, 49 anos, cinco filhos, procedente de Barreiras (BA), alimenta-se todos os dias de restos de comida no lixão do Supremo Tribunal Federal, a menos de 1 km do Palácio do Planalto, onde fica o gabinete do presidente Fernando Henrique Cardoso. No mesmo chiqueiro, onde achou, às 10 da manhã, de uma quarta-feira da sua triste rotina, uma tapioca, dois pães de queijo duro e uma laranja podre, e comeu sem pestanejar, ela tira o sustento diário da família.

O lixo que mata a fome da cabocla baiana constitui-se no primeiro elo estrutural que une a chamada "população do lixo" à vida de Brasília. Catar restos de comida, papel e outros produtos recicláveis é o primeiro passo para escapar da condição de migrante miserável. É a oportunidade que se abre aos "perambulantes".

"Aqui, todo mundo come do lixo. Muitos negam, é verdade, porque têm vergonha, mas eu, não.

Tá vendo isso aqui (uma sacola de plásticos com restos de comida), é a minha salvação e a dos meus filhos, hoje. A gente pena feito bicho, e lá fora os ricos olham pra gente como marginais. Dizem que somos maconheiros, ladrões e bandidos. Se eu fosse bandida, estaria aqui procurando o que comer nesse lixão?", desabafa, em tom de protesto, a velha Socorro.

Resignada, trabalha no lixão do STF, separando o material orgânico do inorgânico. Mora em um barraco ali mesmo, ao lado do chiqueiro (área cercada e reservada para o lixo) e ganha R$ 6,00 por semana, pagos por Edivaldo Joaquim Novaes, seu conterrâneo de Barreiras, "dono"do chiqueiro.

Na venda do papel branco para as empresas de reciclagem, Edivaldo arrecada R$ 0,08 pelo quilo. O aluminínio e o plástico rendem R$ 0,30 o quilo. Vende, ainda, papelão a R$ 0,05. Ao final de um mês, não consegue ganhar sequer um salário mínimo, porque a concorrência aumentou com a chegada de novos retirantes nordestinos. A receita fica em torno de R$ 60,00 por mês.

Edivaldo é um lixívero, na definição do ex-governador Cristovam Buarque, e está inserido, indiretamente, na economia de Brasília. Os lixíveros criaram a Associação dos Catadores. Representavam, até o final de 1999, aproximadamente 350 famílias, que trabalham em carroças à tração animal,

onde recolhem montanhas de sacos plásticos, ao final de cada dia, nas lixeiras dos ministérios e outros órgãos da administração pública.

Antes de se transformar em aterro sanitário e agora vedado à entrada de estranhos, o lixão do Joquey Clube, nas imediações da Estrutural, principal via de acesso em direção a cidade-satélite de Taguatinga, era o paraíso dos catadores de Brasília. Ainda é lá que são jogadas, diariamente, as 1.500 toneladas de lixo coletadas pela limpeza urbana.

Foi lá, também, que a paraibana Maria do Carmo Mendes, 33 anos, encontrou uma caixa do anticoncepcional Primovlar falso e, através dele, ficou grávida do sétimo filho. "Só vim saber que era falso pela televisão, depois de grávida", diz ela. Maria mora em um barraco de dois cômodos dentro da invasão da Estrutural, a maior de Brasília, com 1.890 famílias.

Seu marido, Celso Mendes, também paraibano, foi selecionado como catador pelo Governo e passa o dia inteiro convivendo com urubus, ratos e baratas, a menos de 500 metros do barraco onde mora. Maria fica à espera, com expectativa, ao lado dos seis rebentos, para ver o que o marido conseguiu no lixão. No início da noite, Mendes dá sinal de vida: traz a carroça entupida de papel, plásticos e latas para reciclagem. E, numa sacola à parte, restos de comida que chegam, em grande parte, nos caminhões que fazem a rota dos supermercados.

O pernambucano Natalício Severino da Silva, 53 anos, 14 filhos, não teve a mesma sorte de Mendes: seu nome não entrou na lista dos cadastrados pelo Governo para o lixão. "Tiraram o pão da minha mesa. Eu vivia do lixo. Hoje, consegui alistar um dos 14 filhos e, para sustentar a casa, agora, cato lixo longe daqui do meu barraco", disse.

Osvaldo Lima, do Piauí, vendeu 42 cabeças de porcos que alimentava do lixão do Joquey. "Alguns chegaram a morrer de fome, pois não tive mais como catar lixo aqui", diz Lima, referindo-se ao aterro sanitário, onde catava restos de comida para ele e seus animais, há quatro anos.

Radicados na Capital desde a década de 80, Marcel Burstyn e Carlos Henrique Araújo, dois cariocas catedráticos em Sociologia, conheceram-se na Universidade de Brasília (UNB). O agravamento da crise social no país, particularmente no Distrito Federal, despertou neles a idéia de pesquisar a miséria em Brasília. Os estudos surpreenderam tanto os pesquisadores que eles acabaram publicando um livro sobre a população do lixo.

LIVRO

Da utopia à exclusão, já esgotado em sua primeira edição, é o retrato mais duro, fiel e atualizado da rotina dos nordestinos sem qualificação profissional, que rumam a Brasília para tentar a sorte. Nas entrevistas de campo, Marcel e Carlos Henrique

descobriram que, ao chegar em Brasília, a maior expectativa do migrante limita-se apenas ao que comer na refeição seguinte.

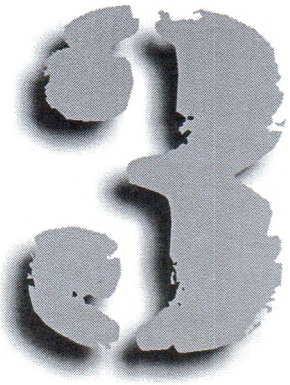
"A situação dos nordestinos que moram nas ruas do Distrito Federal é um exemplo de nossa Índia Brasiliense", constatam eles. Na mesma obra, Marcel e Henrique reproduzem o primeiro estudo feito sobre a economia do lixo em Brasília e concluem: "O lixo da capital é farto e rico. A população, muito generosa com os pedintes."

Descobriram, ainda, que a burocracia estatal fez de Brasília um bom mercado para se viver do lixo. O serviço de limpeza urbana recolhe, por exemplo, duas mil toneladas de lixo por dia. O volume reciclado também é enorme. Só uma empresa, a Novo Rio, adquire 60 mil toneladas por mês.

Sobre o perfil dos catadores, comprovaram, nas pesquisas, que Brasília tem hoje cerca de 400 famílias de catadores (73% de nordestinos) e que, só entre o Palácio da Alvorada e o Clube da AABB, existem mais de 20 aldeamentos de catadores(local onde moram e separam o lixo para a venda).

Ao catar lixo, os nordestinos, segundo o estudo, acabam deixando mais rico o segmento empresarial da reciclagem. Ao contrário do que ocorre na cata, o processo industrial do papel coletado é um bom negócio. Estima-se que, para cada

tonelada adquirida pelas mãos dos catadores, a empresa gasta igual valor no processamento, para depois vender matéria-prima por 2,5 vezes mais do que os custos.



O teto dos nordestinos

Dizem que a pessoa que faz opção por morar em Brasília passa por quatro fases distintas, iniciadas sempre pela letra *d:* deslumbramento, decepção, desespero e, por último, demência. Para os migrantes nordestinos da década de 90, que encontraram a cidade saturada, o estágio do desespero parece não ter fim. E se reflete a começar pela violenta batalha travada em busca de um teto.

O primeiro passo é a invasão. Pelo último levantamento oficial, de novembro de 1998, seis mil famílias moram, hoje, em seis grandes invasões e há mais de 70 pontos considerados de pequeno porte. Nos últimos quatro anos, quando o processo de invasão dos nordestinos ficou incontrolável, o Governo removeu mais de 200 invasões.

"Pelo menos três vezes por semana, tiramos barracos de algum lugar", diz o Major Mário Celso, Serviço de Vigilância do Solo (Sivsolo), órgão

responsável pela retirada dos invasores. A maior invasão, é a Estrutural, com 1.890 famílias.

Fica na estrada que dá acesso a Taguatinga, praticamente dentro do aterro sanitário, onde são despejados 1.500 toneladas de lixo por dia. Em Taguatinga, a segunda maior cidade-satélite, o maior foco de invasão é a área chamada Vicente Pires, onde moram, hoje, 10 mil pessoas, em casarões e barracos de madeirite. Entre o Setor de Clubes Sul e os fundos do Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente da República, existe uma nova invasão, com 40 barracos, formada, em sua maioria, por migrantes tangidos pela seca no oeste da Bahia.

Os ratos e o lixo disputam espaço com os moradores de uma outra invasão problemática, a do Areal, onde já foram montados 191 barracos. De tão baixas e estreitas, as vielas da ocupação, muitas vezes, impedem a passagem de alguém mais alto ou mais gordo. Nos becos, moscas e restos podres de comida degradam o ambiente, onde convivem 750 pessoas, entre adultos, velhos e centenas de crianças. Para esses moradores, a grande dúvida é saber se algum dia poderão trocar a invasão pela casa própria.

"Meu sonho é ter minha casinha, poder deitar na minha cama, olhar o teto e pensar: isso é meu, ninguém vai me tirar daqui", diz Francinete Abel de Lima, 29 anos, há quatro,

morando na invasão do Areal. Retirante de Santa Inês, no Maranhão, ela divide o barraco de dois cômodos com a mãe e mais quatro irmãos, entre 14 e 27 anos de idade. Assim como toda a família, Francinete, que é manicure, está desempregada há mais de um ano.

Embora os 191 barracos do Areal ostentem nas portas de madeira, o selo do Idhab, a Secretaria de Habitação do Distrito Federal, ninguém, pelo menos até outubro do de 1998, foi encaminhado para terrenos legais. A demora cansou os moradores. "Não queremos mais promessas", diz Maria Aparecida Silva, que teve um de seus filhos atacados por ratos.

Permanente clima de medo e apreensão. É assim que vivem os nordestinos que não têm onde morar em Brasília e recorrem a áreas públicas invadidas ou se submetem a viver em prédios abandonados ou sob pontes. Dezessete famílias que moram sob a ponte que corta o Córrego do Bananal, na rodovia DF-003, por exemplo, vivem com os dias contados naquela área.

Na última semana de 1998, um funcionário do Governo do Distrito Federal esteve no local, fazendo o cadastramento, de casa em casa e estabeleceu um prazo de cinco dias para que os moradores abandonassem a área.

A resposta dos moradores, no entanto, foi uma só, quando se levantou a hipótese de sair do local: "Se me tirarem daqui não tenho para onde ir. Vou armar outro barraco embaixo de uma árvore", ameaçou Antônia Carvalho do Nascimento, pernambucana de Petrolina. Ela vive na área há três anos, com o marido, Pedro, e as duas filhas Marinete, 5 nos e Josiane, 3 anos.

O pedido de retirada foi feito pela Defesa Civil. Segundo o então coordenador executivo do órgão, Adverse Baby, aquelas pessoas correm risco de vida com os acidentes que acontecem na rodovia e com o início do período de chuvas. O aumento no nível do córrego pode alagar as casas e prejudicar os moradores. No Bananal, os moradores sobrevivem em barracos construídos com papelão e resto de telhas. O teto é a parte inferior da ponte. Quando um carro cruza a ponte, a casa treme.

Sem iluminação nem saneamento, os moradores se viram como podem para criar os filhos. Toda a água que consomem é retirada do próprio córrego, e não passa por nenhum processo de filtragem ou fervura antes de ser utilizada. À noite, o jeito é improvisar com velas e candeeiros. Para assistir à tevê, reúnem-se na casa de alguns poucos vizinhos que conseguem manter um aparelho à base de bateria. A maioria correu da seca que acabou com a produção do feijão em Irecê, na Bahia e sobrevive com os tro-

cados que ganha com a guarda e lavagem de carros nas quadras da Asa Norte.

Apesar de poluído, o córrego faz a festa das crianças filhas dos invadores. Durante todo o dia, meninos e meninas nadam, brincam, pulam e correm pelas redondezas. "Queria mesmo era construir a minha própria casa. Brasília é um bom lugar para se morar", sonha Anastácia Rosa Vieira, 52 anos. Ela também é de Irecê(BA) e está na cidade desde 1993, acompanhada de duas filhas e 11 netos. Já perdeu a conta das vezes que foi expulsa das invasões. "O Governo me expulsa de um lugar, mas amanhã eu invado outra área e vou levando a vida assim", diz.

Em uma quinta-feira de uma manhã quente de setembro de 1998 em Brasília, fiscais da Administração Regional de Samambaia (uma das mais recentes cidades-satélites, criadas em função da crescente migração) chegam próximo ao Conjunto 19 da Quadra 404, acompanhados por 30 PMs e derrubam, à força, os barracos de 20 famílias.

O então administrador regional de Samambaia, Luiz Roberto Vieira, justifica a ação do Governo: "Notificados de que deveriam abandonar a área há uma semana, os invasores não saíram. Eles come-

çaram a ocupar os terrenos há mais de 15 dias e já sabiam que sua permanência não seria permitida", diz.

Falando pelo grupo de invasores, Idivino Tolentino, 41 anos, nordestino do Ceará, argumenta que somente três lotes foram entregues naqueles conjuntos e que os demais continuaram vagos". Como ninguém ocupou, a gente se instalou", afirmou. A expulsão das 20 famílias de uma invasão em Samanbaia não é um caso isolado. É uma rotina.

Entre as invasões removidas nos últimos meses de 1998, o Governo conseguiu êxito na expansão do Condomínio Privê, na estrada do Guará, na do Buraco Quente (entroncamento entre a via Estrutural e a DF-001), no Parque Ecológico Norte, em uma outra, no Setor de Indústrias Gráficas, também no Parque Olhos D'água, assim como outras três, nas proximidades do Clube do Exército e do Projeto Orla, e atrás da QE 34 do Guará II.

Por ironia do destino, no Governo Cristovam Buarque, ficou entregue a uma nordestina, Tássia Regino, o planejamento da política habitacional do Distrito Federal. Seu grande desafio, caso tivesse Cristovam Buarque, sido reeleito, seria conter as invasões que atraem os migrantes e encontrar uma mágica para zerar a lista dos 46 mil inscritos na lista do Idhab. O Governo

adotou, como regra básica para o candidato ao lote, a comprovação de um tempo de residência mínimo de cinco anos no DF.

Segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), Brasília tem uma demanda reprimida de 60 mil habitações. Tássia diz que o antecessor de Cristovam, Joaquim Roriz, eleito governador nas últimas eleições, não construiu uma casa sequer. "Ao contrário, deixou uma herança de 30 mil lotes irregulares e 529 condomínios irregulares. Regularizamos 88% dos lotes, desconstituimos 297 condomínios fraudulentos e regularizamos 32 dos 34 condomínios em terras públicas, faltando apenas dois. A lista da casa popular, recebida, pelo governador, com 88 inscrições, foi reduzida para 46 mil inscritos," contabiliza.

Tássia destaca, ainda, o programa Morar Legal, que, segundo ela, iria atender, no caso da reeleição de Cristovam, inicialmente a nove mil famílias de servidores públicos, com unidades coletivas e isoladas nas novas cidades-satélites de Águas Claras, Catetinho, Paranoá, Samambaia, Santa Maria e também no Gama. Já o programa Casa da Gente foi criado para financiar material de construção e assistência técnica para reforma de casas de cinco mil famílias por ano.

"A questão habitacional é dramática em Brasília, mas o desemprego é ainda muito

mais sério", acrescenta a ex-Diretora de Planejamento do Idhab. Sobre a remoção das invasões, Tássia diz que o Governo é obrigado a zelar pelas áreas públicas. "Cinqüenta por cento do território brasiliense fica em área de proteção ambiental e é por isso que nós não permitimos ninguém em áreas irregulares", argumenta.

Quanto às cenas de violência, observadas na última tentativa de remoção das 1.860 famílias da Estrutural, no início de 1998, quando duas pessoas foram baleadas por policiais militares, Tássia diz que a ação não foi de retirada das pessoas, mas de combate ao tráfico de drogas na área. "O conflito se deu entre a PM e os traficantes. A Estrutural é um dos pontos de droga da cidade preferidos pelos traficantes", justificou.

O Nordeste é na Ceilândia

Não precisa muito esforço para abstrair a intimidade da cidade. Basta estender o olhar em direção a um céu límpido e azul, para sentir a sensação de estar em pleno Nordeste. Depois de São Paulo, a Ceilândia, com 400 mil habitantes, é a maior concentração de nordestinos fora do território da Região. Por isso, é natural, numa rápida visita à cidade, nascida há 27 anos de uma invasão feita pelos próprios nordestinos que trabalharam na construção de Brasília, perceber que os migrantes criaram, ali, o ambiente da terra natal.

A vida em Ceilândia, a começar pelo calor, a poeira, o sotaque e as tradições, em pouco difere da realidade nordestina. "Se tirassem os nordestinos daqui, não sobrava ninguém", diz, com uma ponta de orgulho, o pernambucano Assis Cirino da Silva, 48 anos, de Afogados da Ingazeira, no Sertão do Estado, há 32 anos na Ceilândia. Ele ganha a vida vendendo caldo de mocotó numa bar-

raca instalada na feira permanente da cidade. Como bom cozinheiro, chegou a trabalhar no Palácio do Planalto e a preparar suculentos pratos do Nordeste para o então presidente Garrastazu Médici, nos anos de chumbo da repressão militar.

Depois, perdeu o emprego e, como todo nordestino que mora em Ceilândia, foi viver na feira."Vim trabalhar na construção de Brasília e aí fui ficando, ficando...", revela, por sua vez, com ar e sotaque bem típicos de nordestino, o paraibano João Patrício, 65 anos, outro personagem fácil de achar na feira, pois, para vender o seu produto, precisa de uma garganta afiada para berrar o dia inteiro. Ele vende raízes e temperos para todos os males.

"Bartatimão é para inflamação, jatobá é pra tosse e gripe, e rabo-de-tatu é pro fígado e estômago, pra quem comeu comida que ofendeu", ensina Patrício, para chamar a atenção da clientela. Cearenses do Crato, José Virgílio Assunção e Vera Lobo Melo, vizinhos de quadra na Ceilândia Norte, não querem esquecer o Ceará nem por um minuto. Adoram se deliciar com os pratos típicos na barraca de Cirino. "Mocotó, sarapatel, carne-de-sol, tudo que a gente gosta, come aqui", diz Virgílio.

Já a estudante Maria Elinita de Lins Silva, 21 nos, nascida na Ceilândia, mas filha de

alagoanos, acostumada a acompanhar os pais nas festas juninas, adora dançar forró na "Badallos," uma das casas mais procuradas do gênero musical da cidade. "Não é igual ao Nordeste, mas dá pra quebrar o galho. Lá em Alagoas, a gente dança mais gostoso", compara.

Elísio Alves dos Santos, 61 anos, oito filhos, chegou há 32 anos do Rio Grande do Norte, em Brasília, sem dinheiro sequer para comprar um fogão. Hoje, armou uma barraca na feira da Ceilândia para vender sarapatel, carne-de-sol e queijo e já tem um casebre, a menos de 1 km do local onde trabalha. Ao contrário de muitos nordestinos, Elísio não traz nenhum produto da região para atrair a clientela. "Da minha terra, só trago saudade", diz, em um tom bem sentimental.

Como qualquer reduto nordestino, Ceilândia tem também a maior população de Franciscos. Segundo levantamento do Tribunal Regional Eleitoral, publicado pelo Correio Braziliense, existem, na cidade, 7.609 Franciscos, mais precisamente distribuidos assim: 4.293, na parte Norte e 3.316 na Sul. O Francisco mais conhecido é Chico Vigilante, que de guarda noturno a militante petista ascendeu a deputado federal mais votado na eleição de 1994, com 57 mil votos, dos quais cerca

de oito mil de Ceilândia. Nas eleições de 1998, Vigilante não conseguiu emplacar a reeleição.

Francisco Domingos dos Santos, 44 anos, o Chico Vigilante, é do interior do Maranhão e conta que sua avó era devota de São Francisco de Canindé e fez a promessa de que se ele nascesse vivo e a mãe também sobrevivesse ao parto, seu nome seria Francisco. Promessa paga. "Mais tarde - lembra Chico - ganhei um xará dentro da própria família. A tradição da minha mãe diz que o sétimo filho tem que ter o mesmo nome do primeiro. É pra dar sorte", diverte-se o ex-deputado.

Juntos, os Franciscos acham graça da coincidência, brincam com os apelidos e encarnam características de São Francisco – que pode ser de Assis, das Chagas e de Canindé. O Promotor de Justiça de Ceilândia também tem o nome do santo. E conta como foi escolhido Francisco Leite: "Eu nasci com um problema no olho esquerdo e minha mãe prometeu que, se eu abrisse o olho, receberia esse nome".Leite é de Milagres(CE).

Outro Chico famoso de Ceilândia é o delegado Francisco Crisanto, conhecido como o "xerife da Ceilândia". "São Francisco é meu santo protetor. Assim como ele, sou predestinado a trabalhar nas áreas pobres", diz ele. Já o poeta, escritor, teatrólogo, compositor e músico Francisco Morojó, 35 anos, da Paraíba, tem orgulho do nome.

Juntou a denominação de um santo com o sobrenome tupi-guarani, que significa montanha encantada. Herdou o amor pela natureza de São Francisco e da descendência indígena. "Já estava com o caixão comprado depois de uma queda que levei", garante.

É nas feiras livres que Ceilândia mais se parece com o Nordeste. Famosas, sobrevivem às crises, crescem com o desemprego e suportam a ilegalidade dos produtos suspeitos. Paraíso dos nordestinos, Ceilândia também é conhecida, hoje, como a cidade das feiras, onde se encontra de tudo. Entre legais e ilegais, a cidade reúne, em pontos centrais, 14 feiras.

As variações recebem os nomes mais esquisitos. Feira do P Sul, do P norte, do Setor O, de Guarapari na via Leste e do Povo do Tatico. No centro, a Feira Permanente é a única regularizada, mas concorre com as feiras do Ambulante, do Paraguai e do Artesão, que ocupam calçadas em frente ao centro de múltiplas funções chamado Quarentão. A que mais incomoda todos os feirantes do centro, legais ou não, é a Feira dos Goianos.

Antes de o sol nascer nas sextas-feiras, o centro de Ceilândia já está movimentado pela feira clandestina. O burburinho começa às quatro da manhã, quando mais de 15 carros procedentes de Goiânia(GO) estacionam no centro para vender

roupas no atacado. Como a feira termina cedo, às sete da matina, as bancas são improvisadas nos porta-malas ou nas carrocerias das caminhonetes.

O ex-administrador de Ceilândia, Marcos Montenegro, diz que o comércio popular é o grande gerador de emprego e renda da cidade e tem uma explicação para o crescimento das feiras: "A maior parte da população é oriunda do Nordeste e as feiras fazem parte da cultura dos nordestinos".

Ednara Bezerra da Silva, 40 anos, de Caicó(RN), filha de agricultores, trabalha em feira desde os 10 anos. "Meus pais trabalhavam na roça e eu morava na cidade. Todo sábado, dia de feira, para fazer um bico, eu tinha que vender verdura na feira", lembra. A feira mais nômade de Ceilândia é a do Povo, antiga Feira do Rolo, sempre realizada em locais incertos, devido à falta de credibilidade dos produtos vendidos.

Atualmente, 420 feirantes se reúnem aos domingos para vender de tudo imaginável: de uma chave de fenda a peças de motores. A feira acaba abrigando também os excluídos nordestinos do mercado de trabalho, alguns por motivos de doença e a maioria por falta de qualificação, traço do migrante.

Ceilândia vem originalmente da sigla CEI, a Campanha de Erradicação das Invasões, criada pelo regime militar para barrar a entrada de migrantes no Distrito Federal. Na realidade, a cidade nasceu de uma invasão em 1971, 11 anos depois da inauguração de Brasília. Foi uma fusão de vários agrupamentos de favelados denominados Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão e Morro do Querosene, na época, já com 80 mil habitantes, vivendo em, aproximadamente, 15 mil barracos em condições subumanas.

A situação chegou a extremos em que se exigia uma providência. A solução adotada foi a de transferir todas as invasões para outra área. E, no dia 27 de março de 1971, o Governo, finalmente, assentou a população em uma área pertencente aos ministérios do Exército, da Aeronáutica e das Comunicações. No início, Ceilândia tinha apenas dois setores, chamados de QNM e QNN. Com a invasão dos nordestinos, surgiram novos setores de miséria comparável às favelas do Rio, como o QNO, QNP e a Expansão do Setor O. Recentemente, dois novos setores foram criados – QNQ e QNR – e, segundo o IBGE, a população é de 342. 834 habitantes, 20% da população do Distrito Federal.

Como o último censo tem dois anos e Brasília cresce a uma taxa de 5,8% ao ano, Ceilândia deve

ter, hoje, 400 mil habitantes. Só no P Sul, uma das áreas mais pobres da cidade, onde moram pelo menos, duas a três famílias em cada cortiço, vivem 66.220 pessoas, 89% nordestinos ou filhos de pais nordestinos. Com uma grande concentração de pobreza, Ceilândia lidera, também, o *ranking* da violência no Distrito Federal.

"Ceilândia é uma cidade violenta, mas o desemprego dá uma contribuição decisiva para isso", diz Marcos Montenegro, 43 anos, nordestino de Fortaleza e ex-administrador regional de Ceilândia. Montenegro acha a invasão de nordestinos em Ceilândia muito parecida com a periferia de São Paulo, onde estava trabalhando antes de aceitar o convite do ex-governador Cristovam Buarque.

Apesar de ser apontada como a Índia Brasiliense, Ceilândia tem motivos, também, para comemoração. "Temos 100% das crianças na escola e já saneamos também 100% da cidade", diz Montenegro. A cidade conta com a solidariedade das pessoas, para enfrentar o desemprego, o custo de vida e os problemas de quem tem dinheiro curto.

Segundo levantamento do Centro de Desenvolvimento Social(CDS), existem 42 entidades registradas, fazendo ações de solidariedade. São abrigos, creches e até a Casa dos Direitos do Cidadão. "Existe uma grande demanda na cidade por

serviços na área assistencial, especialmente, creches. Muitas mães são chefes de família e precisam trabalhar. A queixa mais comum é de mulheres que reclamam de deixar os filhos com os vizinhos e depois comprovar maus-tratos", diz Wagner Martins, diretor do CDS.

As tradições do Nordeste são preservadas, com gosto, em Ceilândia. O forró, por exemplo, cresceu tanto que o Governo do Distrito Federal promove, todos os anos, a "Forrolândia", sempre no mês de julho. Em 1998, 100 mil pessoas foram mobilizadas para o grande arrasta-pé, tendo, como atração artistas iluminados e admirados por todo mundo, a exemplo de Elba Ramalho e Dominguinhos.

O nordestino, que adora um forró, não precisa, no entanto, esperar um ano inteiro pela Forrolândia. Todo fim de semana, o Trio Seridó, o Trio Cajazeiras e as bandas Ingazeira e Cobras do Nordeste tocam nos mais variados salões de festa da cidade e até em botequins.

Para matar um pouco a saudade do Nordeste, o maranhense Antônio Conceição abriu o Bar do Maranhão, na quadra onde mora. Conseguiu transformar o local em um ponto de encontro para os nordestinos de toda parte, principalmente, para os

maranhenses. E, sempre às sextas-feiras, costuma contratar o Trio Cajazeiras para animar a moçada.

"O forró é um sucesso. A partir das 10 da noite, chega conterrâneo de tudo que é canto. O assunto é sempre o Nordeste e as coisas que a gente faria se estivesse por lá", diz Reginaldo Silva, do Piauí, freguês assíduo do local.

Sob o império do medo

No dia 30 de agosto de 1999, a maranhense M. F. B, 20 anos, há um ano e meio em Brasília, foi seqüestrada e estuprada. No trajeto para o cativeiro, um homem branco, cabelos pretos e olhos claros, aparentando 29 anos e 1.70m de altura, disse à jovem que havia chegado ao Distrito Federal um dia antes, vindo de Pernambuco, onde, segundo ele, havia trabalhado na Polícia Cívil.

Contou, ainda, que teria sido preso injustamente no lugar de seu irmão e obrigado a cumprir pena de sete anos na prisão e que, ao completar cinco, fugiu. Exibindo habilidade própria de um arrombador profissional, o homem abriu, em segundos, o cadeado de uma das portas do Planetário, no Eixo Monumental, e consumou o estupro.

Cenas de violência, gratuitas assim, envolvendo nordestinos viraram rotina em Brasília. De ilha, da tranqüilidade e da fantasia, a capital do país transformou-se no império do pavor. Não há mais lugar na cidade para se sentir seguro. E os migrantes nor-

destinos, principalmente os que moram sob pontes, em prédios abandonados, sob marquises ou galerias – num total de 30 mil famílias – são vistos pela elite do poder como os responsáveis pela insegurança da população.

Professores da Universidade de Brasília, onde leciona e estuda a elite da corte, usam a expressão o "desenraizamento", como uma causa forte do aumento da criminalidade.

Segundo a professora Lia Zanotta Machado, desenraizamento é a mudança do campo para a cidade, ou de cidades pequenas para cidades maiores. "O indivíduo torna-se anônimo, um zé-ninguém ", diz ela, em um depoimento para o Correio Braziliense. Implicitamente, o recado vai para os "pernambulantes"(população de rua, como definem os sociólogos Marcel Burstyn e Carlos Araújo, no trabalho *Da utopia à exclusão*) ou "modernômades", como prefere conceituar o ex-governador Cristovam Buarque.

O medo da violência, nas modalidades mais perversas, ocupa o imaginário dos cidadãos da capital. Medo que já se tornou companheiro dos nordestinos da periferia e que, por vezes, transborda em indiferença e apatia, frente aos casos mais escabrosos. O horror violento, que antes parecia restrito às cidades-satélites – tragédias comparadas às da Baixada Fluminense – já pode ser encontrado nas superquadras, nas alamedas arborizadas dos

lagos Sul e Norte, nas mansões do Park Way, nas paradas dos sinais luminosos, nos bancos e nos supermercados.

Seqüestros, estupros, homicídios em profusão, assaltos a grandes bancos, supermercados e outros comércios, crueldade aparentemente gratuita dos jovens de classe média, acontecem, agora, no Plano Piloto, em Planaltina e Sobradinho – cidades antes consideradas bucólicas – como já aconteciam em todas as outras do DF. Uma realidade que faz os moradores mudarem seus hábitos corriqueiros.

"Hoje em dia, minha esposa tem receio de ir até à padaria, pois pode ser assaltada ", diz o comerciante Agostino de Oliveira Neto, paraibano de Monteiro, há 30 anos em Brasília. "Quando eu cheguei aqui – completa ele – isso era uma maravilha, a gente podia andar nas ruas sem a menor preocupação. Não via pedinte e nem meninos de rua nos sinais. Brasília virou um inferno".

O horror manifestado por Agostino está nos números. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, no primeiro semestre de 1998, ocorreram 172 estupros, 23 a mais do que em igual período de 1997, o que representa um aumento de 15,4%.Ocorreram, no mesmo período, 242 homicídios, 484 roubos de carros e 448 arrombamentos de residências.

A violência foi o calcanhar-de-aquiles do ex-governador Cristovam Buarque. Pernambucano

do Recife, Cristovam, no final do seu Governo, em plena campanha pela reeleição, acossado pela oposição e pela população que cobrava providências contra a violência, mudou o comando da Polícia Militar e reforçou o policiamento nas ruas com mais 2.500 homens, numa verdadeira operação de guerra. Ao todo, 4.300 policiais foram mobilizados no Plano Piloto e em mais 19 cidades.

Paralelo a isso, 72 operações conjuntas das polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e Detran foram deflagradas para identificar os pontos mais críticos da criminalidade. A própria polícia já admite o surgimento do crime organizado em Brasília ou a entrada de grupos de fora, hipótese levantada pelo Major Fausto Gayer, ex-assessor militar da Secretaria de Segurança.

Aumentou um tipo de crime que, até então, não acontecia em Brasília: assaltos a bancos e a outros grandes estabelecimentos, mas já existem unidades especiais na PM e na PC para combater esses crimes. Para o ex-secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, se existe, "a organização é ainda é incipiente. O crime organizado exige hierarquia, alianças com outros grupos, treinamento, rituais de iniciação, geralmente, os bandidos são truculentos e atuam a partir de planos elaborados", disse.

O Coronel Souza Pinto, ex-comandante da Polícia Militar, acumulou fama de linha dura. Ao tomar posse, por exemplo, declarou: "Fiquem de olho

em seus filhos, porque a PM não vai tolerar essas gangues". As gangues a que se refere o Coronel são responsáveis por uma sucessão de crimes que chocaram a população de Brasília, como o do estudante Marcos Antônio Velasco, de 16 anos.

Em 10 agosto de 1993, em um dos mais terríveis episódios de espancamento na cidade, a gangue Falange Satânica, da 405 Norte, formada por 10 rapazes, dos quais quatro menores, bateu em Marco Antônio até ele morrer. Teve traumatismo craniano, esmagamento da face, rompimento do baço e fratura nas vértebras. Dos dez agressores, quatro estão recolhidos ao Caje (Centro de Atendimento Especializado Juvenil), por serem menores. Os outros seis estão encarcerados na Papuda, o maior presídio da cidade.

20 de abril de 1997

Cinco rapazes da classe média, com idades entre 17 e 19 anos, atearam fogo no índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, que dormia numa parada de ônibus na Asa Sul. O índio teve 95% do corpo queimado e não resistiu aos ferimentos. Morreu horas depois.

27 de fevereiro de 1998

Os estudantes de Administração Flávio Martins de Carvalho e Gabriela Alder foram

seqüetrados no estacionamento da faculdade onde estudavam na Asa Sul, levados para um matagal, torturados, mortos e queimados. Dois menores, E.T., 15 anos e Galileu, 16 anos, foram assassinados. O motivo do crime, segundo os menores, foi promessa de receberem R$ 40 pelo "serviço".

7 de março de 1998

O policial militar Luís Celso e a estudante Taina Katiusca conversavam em frente à casa das irmãs de Taina, em Ceilândia. Já era madrugada do sábado, quando dois assaltantes pararam o carro em um descampado, no Condomínio Privê, em Ceilândia. Luis conseguiu fugir, mas Taina foi queimada viva.

26 de junho de 1998

O adolescente Thiago Felipe, 15 anos e um amigo voltavam do Colégio Sagrado Coração de Jesus, na 916 Sul, quando foram abordados por dois menores embaixo do bloco S, da 414 Sul. Um dos rapazes exigiu o relógio do garoto. Com a negativa, o segundo atirou no rosto de Felipe.

Julho de 1998

O pátio do Aeroporto Internacional de Brasília foi cenário de um roubo que lembra os filmes de ação. Um grupo de assaltantes armados com espingardas e pistolas levou 13 malotes com mais de

R$ 1 milhão do pátio de aeronaves. Foi a segunda vez no ano que o aeroporto viveu a experiência de um assalto. No dia 13 de fevereiro, houve uma outra tentativa de roubo de malotes.

2 de agosto de 1998

O adolescente Pablo Felipe Lucena Sodré, 14 anos, foi espancado por um grupo de 10 rapazes durante uma festa no Lago Sul. O garoto teve o nariz quebrado, vários hematomas no rosto, um derrame no olho e três centímetros da orelha esquerda decepados por mordidas.

8 de agosto de 1998

A estudante Kamilla Betariz Porto, 20 anos, passou duas horas de terror nas mãos de dois assaltantes. Ela foi obrigada a sacar dinheiro em caixas eletrônicos. Antes de ser libertada, a poucos metros de uma delegacia de polícia, a garota teve várias partes do corpo cortadas por gilete e estilete e as roupas rasgadas, por não ter lembrado o número da senha de um dos seus cartões bancários.

23 de agosto de 1998

M. F. D, 30 anos, parou o carro diante de um sinal de trânsito na quadra 609 da Asa Sul. Eram 17h35. Ela foi atacada por assaltantes que a seqüestraram. Monique M. foi espancada

antes de ser abandonada, menos de duas horas depois, sem roupas, no Setor de Embaixadas.

O Hospital de Base de Brasília é o termômetro do estágio a que chegou a violência nos últimos anos, em função da saturação demográfica impulsionada pela migração crescente e pelo desemprego. Só em um único fim de semana de setembro de 98, 26 casos foram registrados na emergência, entre eles, seis homicídios.

Às 3h da manhã do sábado, o paraibano Paulo César de Assis, 26 anos, teve o abdome perfurado por uma faca e foi internado em estado grave. Mais tarde, na mesma manhã, o corpo da estudante Lidiane Barros Oliveira, de apenas 16 anos, filha de pais nordestinos do Piauí, foi encontrado, a menos de 500 metros de sua casa, no Setor Sudoeste. Foi estuprada e assassinada a pedradas.

Por uma briga sobre o pagamento do aluguel, Josivaldo de Lira Feitosa, 31 anos, do Maranhão, também recebeu uma facada no abdome e teve que ser submetido a uma cirurgia no Hospital Regional de Taguatinga e depois transferido para o Hospital de Base.

Menos de uma hora depois, Luiz Alberto Mendes, sergipano de Aracaju, estava discutindo sobre propriedade de lotes em São Sebastião. De repen-

te, sacou um revólver e disparou várias vezes. Sua mulher, Gidalva de Sousa, de 23 anos, e José Ronei Oliveira, de 19 anos, foram atingidos e levados para o Hospital de Base.

Longe dali, em Planaltina, a pernambucana Sílvia Maria de Assis, de 24 anos, acabava de descer do ônibus quando foi assaltada. O ladrão levou R$ 220,00 mas não ficou satisfeito. Com uma gilete, cortou seios, barriga, braços e pernas de Sílvia.

Ex-administrador de Ceilândia, a capital dos nordestinos em Brasília, considerada a cidade mais violenta do DF, o engenheiro cearense Marcos Montenegro acha que não se pode acusar isoladamente os migrantes nordestinos pela violência na região.

"Isso seria puro preconceito. O que Brasília vive é uma realidade social de uma grande metrópole que cresceu sem controle. Como aqui há uma grande concentração de nordestinos, uma boa parte desempregada e vivendo de biscates ou mesmo na mendicância, essa situação costuma ser associada a tudo de ruim que acontece na cidade", admite.

"A falta de uma reforma agrária ampla, geral e irrestrita está levando o nordestino a procurar as grandes cidades. No caso de Brasília, que não tem emprego e nem moradia, nem todos caem na marginalidade, mas uma parte sim", diz o sociólogo Marcel Bursztyn.

A estudante Maria Elinita de Lins Silva, 21 anos, filha de pais alagoanos, é uma típica moradora da Ceilândia, que anda com medo da violência. Ela conta que nunca foi vítima de nenhum tipo de violência, mas lembra que conhece duas colegas que já foram estupradas, quando voltavam à noite do colégio para casa.

"Minha colega, de 17 anos, foi arrastada por assaltantes tão logo desceu do ônibus, na mesma hora que costumo voltar para casa. Ainda lembro das cenas de horror. Era como se tivesse sido eu a vítima. Eu moro aqui, mas "Deus sabe como vivo preocupada em um dia cair nas mãos desses bandidos", diz Elinita.

Nem no último "pau-de-arara"

A Brasília povoada pelos migrantes nordestinos não é a dos políticos, dos ministros, dos barões, lobistas ou dos bajuladores do poder. Não é a das esculturas de Niemeyer, símbolo do movimento moderno da arquitetura brasileira, que definiu a cidade "como um deserto transformado em metrópole". Em uma só uma palavra, é a do sofrimento. Engana-se, porém, quem imaginar que o sofrimento leva essa gente curtida pela dor a ganhar as estradas de volta às origens.

"Nunca voltei para Piancó. De lá, só sinto falta de meu pai e minha mãe. O resto, não gosto nem de lembrar", diz um amargurado Pedro Nascimeno da Silva, paraibano que adotou Brasília há 20 anos. Como ele, muitos dizem não sentir falta da terra de onde vieram, mesmo desempregados, morando em cortiços, sob pontes, marquises e invasões.

A generosidade da população de Brasília certamente, tem uma forte influência nesse sentido. Ao contrário do Rio e de São Paulo, Brasília é uma espécie de centro da caridade e isso deve influenciar, bastante, na hora do migrante decidir em optar pela mendicância. Quem passa na Ponte do Bragueto, em um domingo pela manhã, acha estranho a aglomeração de tantos mendigos, tão cedo do dia. Eles sabem que é certa a distribuição da sobra das festas que a elite promove, entre a sexta-feira e o sábado.

"Tem domingo que eu como galinha, carne, peru e até bolo de festa", comemora o pedinte Manoel de Assunção Carvalho, 36 anos, retirante da Bahia. "Se eu tivesse em Irecê, já tinha morrido de fome", acrescenta. A sobra dos ricos alimenta dois filhos menores de Manoel, que, ao longo da semana, pedem esmolas durante o dia nos sinais de trânsito e, à noite, ganham uns trocados na guarda de carros.

Francisco Araújo, pernambucano de Tabira, chegou em Brasília há dois anos. Analfabeto, sem profissão, vive de biscates e mora num barraco em uma invasão na periferia da cidade, mas nunca pensou em voltar às origens. "Lá, não consigo emprego. Aqui, pelo menos, tomo conta de carro e, de vez em quando, aparece umas empreitadas.

Assim, vou levando. É melhor do que tá lá", alega Chico.

O cearense Afonso de Queiroz Leite saiu de Crateús num pau-de-arara, em 1º de junho de 1960, ano da inauguração de Brasília e, oito dias depois, chegava à nova capital. "Foi uma viagem difícil. Era só terra e o pau-de-arara quebrava o tempo todo. Também não sabia o que encontrar pela frente", recorda Queiroz.

Ao chegar em Brasília, trabalhou como peão-de-obra, conheceu uma pernambucana com quem se casou e teve quatro filhos. Enviuvou e casou novamente, dessa vez, com uma cearense. "Foi um sofrimento terrível criar minha família aqui, mas em Pernambuco ou no Ceará, seria bem mais difícil. Por isso, não volto, vou morrer por aqui mesmo", diz Afonso, com os olhos marejados de saudade do Nordeste.

Com uma média de 300 famílias, entrando a cada semana no Distrito Federal, o ex-governador Cristovam Buarque criou um programa de estímulo ao retorno dos migrantes. Batizado de "Não dê esmolas, dê cidadania", serviu como uma campanha de conscientização. Por ele, o Governo também doava a passagem de volta à família que resolvesse regressar.

A triagem e as entrevistas que precediam a doação do bilhete eram feitas no Centro de Atendimento Social(CAS), em Taguatinga, mais conhecido como a Casa do Migrante. Desde janeiro de 1998 na direção da instituição, a maranhense Fátima Leitão revela que fornecia uma média de 600 passagens por mês dentro do programa, mas ela própria já descobriu que muitas famílias acabavam retornando a Brasília, dois ou três meses depois.

"Temos grandes dificuldades no trabalho de conscientização, pois todos nós sabemos que a realidade da terra deles é pior do que a daqui", confessa Leitão. O CAS, segundo ela, recebe mais de sete mil migrantes por ano, 76%, do Nordeste.

O agricultor pernambucano João Antônio de Carvalho, 32 anos, preparava-se, há 10 dias, para voltar a Sertânia, no Sertão do Estado. O retorno, no entanto, não era definitivo. Depois de passsar 20 dias em Brasília sem nenhum documento, Carvalho resolveu tirar a documentação em sua terra natal e recebeu a passagem do Governo. "Eu vou, mas volto", anunciou, para acrescentar: "Aqui, pelo menos, eu tenho o que comer."

Também alojado no CAS, o pedreiro cearense Valdemar Lima de Oliveira, 38 anos, já havia penado os 30 dias(prazo permitido para ocupar provisoriamente as instalações do albergue) e não conseguiu emprego. Mesmo assim, torcia o nariz, quando ouvia falar na possibilidade de voltar. "Se Dona

Fátima não deixar eu ficar aqui até arranjar emprego, vou nem que seja para debaixo da ponte. Voltar, nunca mais. Lá, tá muito ruim, pior do que aqui", explica.

Enquanto amparado pelo Governo no albergue, Valdemar tem direito a três refeições diárias, de graça, no bandejão da instituição, a um quarto com cama e banheiro e oportunidade de fazer algum curso profissional. "O que a gente pode, faz, mas a maior parte não consegue emprego por falta de qualificação", diz a diretora.

Na quinta-feira, 17 de setembro de 1998, Dona Francisca Antônia Pereira, 45 anos, de Mossoró(RN), chegou bufando de raiva na Rodoferroviária de Brasília, por volta do meio-dia. Trazia 800kg de bagagem e a tropa – 10 filhos. Expulsa de uma invasão, aceitou forçadamente 11 passagens que o Goveno do DF pagou para Petrolina, através da Viação IPU, do Ceará.

"Eu não queria ir de jeito nenhum. Agora, vou tentar me arrumar nos projetos de irrigação de Petrolina. Se não conseguir, volto pra cá de novo", anunciou Francisca, com um ar de revolta, enquanto embarcava a prole no ônibus. Revolta por ter sido expulsa do barraco e obrigada a deixar Brasília. "Eu não queria voltar, porque sei que lá é muito ruim. Aqui, pelo menos, eu me virava, meus

filhos tomavam conta de carro e os menores me ajudavam a pedir esmolas", confessou.

O Governo do DF gastou R$ 600,00 com as passagens de Francisca, ao preço unitário de R$ 60,00. E não deu sequer uma ajuda de custo para a longa viagem a Petrolina. "O dinheiro que eu tenho aqui é esse, para dar comida a 10 filhos", disse ela, mostrando três notas de R$ 1,00, retiradas de uma bolsa rasgada.

Dos 800 kg de bagagem que trouxe(enormes caixas de papelão com as sobras do barraco destruído) só conseguiu embarcar metade. E chorou ao constatar que seus teréns ficaram para trás, retidos na garagem da empresa de ônibus. "Moço, isso aqui é o que eu juntei de 11 anos de Brasília. Como é que vocês me mandam embora e não deixam eu levar o que é meu?", perguntou, em direção ao funcionário do Serviço Social, escalado para fazer seu embarque.

Antes de partir, Francisca contou que viveu 11 anos em Brasília, ocupando áreas invadidas e sob pontes, junto com o marido, Antônio, que não embarcou por ter adoecido. "Ele tá internado", disse. Sobre o seu futuro, sentenciou: "Moço, só Deus sabe o que vou encontrar pela frente. Em Petrolina, não conheço ninguém. Vou pra lá porque me disseram que tem trabalho na irrigação".

Enquanto ficam, os nordestinos criam raízes em Brasília. E, a cada instante, surgem organizações para cultuar os valores da terra e divulgar o seu folclore. A Casa do Ceará, na Asa Norte, é a mais antiga. Tem 36 anos, dois anos a menos que a cidade. Dirigida por três irmãs, do tronco Calmon cearense, atende a nove mil pessoas por mês.

"Nós prestamos assistência social às pessoas que nos procuram, mediante uma taxa simbólica, pois não temos subvenção alguma do Governo. Além disso, a casa é um espaço para divulgação da cultura e das tradições do Nordeste, notadamente do Ceará", diz Meire Calmon, presidente da instituição.

Nos mesmos moldes, funciona, na Asa Sul, a Casa do Maranhão, fundada há 10 anos. Os maranhenses formam uma das maiores colônias do Nordeste em Brasília. O auge dos maranhenses se deu na gestão Sarney. Como presidente da República, ele doou o terreno e tirou a instituição do papel para a realidade.

Os apreciadores do bumba-meu-boi, símbolo do folclore maranhense, ganharam até uma festa anual da matança do boi. Maranhense de 76 anos, Teodoro Freire projetou-se, em Brasília, como o "Boi do Teodoro". Em domingo ensolarado de setembro de 1998, por exemplo, ele fez uma autêntica matança do boi, no

Centro de Tradições Populares de Sobradinho, onde mora. "Nós conseguimos manter viva essa tradição. Os maranhenses e os nordestinos, de uma forma geral, nos apoiam muito e gostam de prestigiar as nossas apresentações", afirmou.

Há dois anos, outra colônia nordestina resolveu se organizar em Brasília – a dos piauienses. Pensando em diminuir as dificuldades enfrentadas pelos migrantes, o piauiense Juary Maragalhães, 47 anos, fundou, com a ajuda de outros conterrâneos, a Associação Comunitária dos Piauienses Residentes no Distrito Federal, com sede em Ceilândia.

De concreto, a associação organiza almoços para a comunidade - sempre com cardápio nordestino - e organiza viagens à terra natal. "Alugamos carros de turismo todo mês para quem quer visitar o Piauí. Os ônibus saem lotados", diz Juary.

Na Ceilândia, a viola come solta nas noites enluaradas. Criada há 12 anos, a Casa do Cantador reúne um grande número de repentistas bons de improviso, todos nordestinos. Francisco de Assis, presidente da Casa, veio de Alexandria(RN) e forma dupla com João Batista, cearense de Boa Viagem. "Temos uma grande platéia na Ceilândia, mas o bom mesmo é cantar para os ricos do Plano Piloto, porque o cachê alto garante a noitada", diz Assis.

O frevo pernambucano traz equilíbrio e estabelece harmonia entre o corpo e a mente. Quem garante é o terapeuta Jorge Marino de Carvalho, gaúcho de origem, mas pernambucano de coração. Há 13 anos, Marino vem desenvolvendo o Frevorelax, técnica que tem por raízes uma das mais belas e exuberantes manifestações folclóricas do país – o frevo, a dança dos pernambucanos.

Marino abriu um curso para ensinar frevo em Brasília e funciona na Fundação Athos Bulcão. Convicto de que o frevo quebra as tensões, ele tem atraído muita gente para a sala de dança, sobretudo pesssoas de outras regiões e de classe média. "A tensão dos habitantes das grandes cidades precisa ser eliminada ou, pelo menos, reduzida, através da descontração física, psíquica e espiritual. Basta olhar a dança do frevo para ver o quanto seus passos obrigam todas as partes do corpo a se movimentar com alegria, tornando-as leves e transmitindo essa leveza e essa alegria à mente", observa.

O professor apaixonado pelo frevo pernambucano revela que a prática diária da dança, já a partir da primeira aula, induz a um processo de eliminação de toxinas. "Aos poucos – acrescenta – o Frevorelax vai dando nova alegria de viver, nova força para enfrentar os problemas de cada dia, nova razão de ser".

A tragédia urbana

Vinte e um dias após tomar posse, pela segunda vez, no Governo do Distrito Federal, Joaquim Roriz publicou um artigo no Correio Braziliense, com o título "*Basta de hipocrisia*". Tentava se defender das acusações de que seu retorno ao Palácio do Buriti – sede do GDF – representava a reprise da farra de distribuição de lotes, ocorrida em seu primeiro governo.

"Quem assim fala age de má-fé. Vê a realidade apenas sob o ângulo dos privilegiados, menosprezando o infortúnio dos excluídos. O excesso de demanda por habitações no Distrito Federal é um problema quase insolúvel", destacou o governador.

Na verdade, o artigo foi uma demonstração pública de que o governador não conseguiu assumir, de fato, o controle da defesa da terra pública. O seu discurso apaziguador de campanha, de que não iria derrubar barraco de pobre, que ninguém pagaria por lote e que todos teriam direito a um pedaço de terra para morar, alimentou a sanha dos miseráveis e espertos.

Na mais populosa cidade do Distrito Federal, Ceilândia, que tem 351 mil habitantes, surgiram 47 novos barracos em cinco focos de invasão, depois das eleições. Só nos quatro primeiros meses de 99, 60 novos focos de invasão foram identificados, a maioria por migrantes nordestinos.

O cadastro do Idhab tem 46.002 pessoas inscritas para receber lotes e outras 5.874 famílias organizadas em cooperativas. Uma legião de migrantes transformou a capital em uma espécie de assentamento dos sem-terra. Sem recursos nem vocação para ser um pólo de atração de imigrantes, porque não há oferta de emprego, nem capacidade econômica por parte do governo para construir novas cidades, Brasília se vê ameaçada de virar o século sem capacidade de combater a epidemia das invasões.

Isso porque, da parte do governo local, não há planejamento, e falta coragem para enfrentar a situação. Senão, vejamos: no dia 12 de janeiro de 1999, o governador ocupou, em destaque, o noticiário na televisão. Apareceu, desmontando barracos na QE 44, da cidade-satélite do Guará, querendo dar uma demonstração de que a população confiou em suas promessas de lotes para quem estivesse na lista do Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab).

Foi pura encenação. A invasão do Guará era a que menos oferecia resistência ao diálogo com o

governador. Ali, não existiam barracos de madeirite ou tijolos, nem investimentos das pessoas na compra de material de construção. O acordo de abandonar a área já estava fechado entre o administrador do Guará e o Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida do DF. Além disso, os invasores já haviam se comprometido a obedecer a notificação de deixar o local em 72 horas.

Três dias depois, o discurso de campanha do governador, de que não derrubaria lote de pobre com violência, virou letra morta. Fiscais da Terracap e da Administração Regional Regional de Sobradinho demoliram 14 barracos de madeirite na invasão da Avenida Central de Sobradinho II.

"Gastei R$ 10,00 para ir votar no Roriz. Não achava a seção de jeito nenhum e tive de pegar um monte de ônibus. Não consigo acreditar que esse esforço tenha acabado numa tragédia na minha vida", declarou o ajudante de pedreiro Darivaldo Barbosa da Silva, piauiense de Cristalândia, ao ver o seu barraco destruído à força pela polícia de Roriz.

A derrubada de todos os barracos em Sobradinho II era apenas o aviso de que a fase de tolerância do Governo havia acabado. Para justificar a ação, o governador culpou o PT. "É nítida a presença de movimentos políticos por trás dessas invasões. Querem criar fato para tentar fazer o Governo perder o controle da situação. Essas pessoas

serão identificadas e mandadas para a prisão", disse, em uma entrevista ao Correio Braziliense, o Secretário de Comunicação do GDF, Weligton Morais.

As ameaças do secretário não se confirmaram, mas o pobre que votou em Roriz, sonhando com a terra prometida, continuou a enfrentar o seu calvário. No dia 26 de janeiro, às 10 horas da manhã, fiscais da Administração Regional de Ceilândia reduziram a pó os barracos da QNP 22, setor de chácaras, no P Sul.

"Eles entraram sem pedir licença na minha casa. Foram derrubando todas as paredes, com pé-de-cabra. Eu estava com minha filhinha no peito. Fiquei muito assustada", contou Maria José da Silva, 28 anos, às repórteres Rovênia Amorim e Cristina Ávila, do Correio Braziliense. Quem morava ali, sonhava com um futuro melhor. Dayana Cristina contou que sua mãe, que dividia o barraco com ela, estava viajando no dia daquela tragédia.

"Mamãe foi a Afogados da Ingazeira, em Pernambuco, buscar vovô, vovó e um tio meu paralítico com a mulher e quatro filhos. Ela sonhava em trazer toda a família para Brasília e construir aqui uma vida melhor", revelou Dayana.

Em 5 de fevereiro, o Governo Roriz partiu para uma ofensiva no capítulo das invasões. Determinou um prazo de 24 horas para que todas as fa-

mílias saíssem das áreas irregulares. "Quem resistir, será processado criminalmente", ameaçou o Governo. E foi mais além: os invasores já cadastrados no Idhab, que não atendessem à ordem de desocupação, perderiam 50% de pontos na sua classificação da chamada lista limpa. Ou seja, iriam para o final da fila de espera por um lote.

A ameaça foi solenemente ignorada, porque houve açodamento. A própria Secretária de Habitação, Ivelise Longhi, reconheceu a mancada do Governo e anunciou uma campanha de conscientização sobre as invasões. No Recanto das Emas, o pedreiro Antônio Bezerra da Silva, do Ceará, nem tomou conhecimento do prazo dado pelo Governo. "Vou fazer meu barraco, sim. Não acredito que o governador Roriz, um homem bom, vai fazer isso com a gente."

A doméstica Gilda Alves, do Maranhão, foi mais incisiva: "Ele (Roriz) está sendo pior que o Cristovam Buarque. Mentiu para a gente. A promessa dele ficou em nada. Dando um prazo de 24 horas, ele quer que eu vá para onde? Para debaixo da ponte, com meus quatro filhos?"

No mesmo tom, Maria Aparecida dos Ramos, da Paraíba, afirmou: "Não vai ficar assim, não. Na próxima campanha, vamos fazer um "impeachment" e o Roriz não entra nem no primeiro turno. Será que ele esqueceu que foram os pobres e humildes que o elegeram?

O Governo não sabe quantos invasores há no Distrito Federal. A última estatística foi elaborada no Governo Cristovam Buarque. Em novembro de 1998, havia 30.907 invasores, distribuídos em 7.311 barracos, em 19 ocupações. Há 200 mil pessoas vivendo irregularmente em, pelo menos, 534 loteamentos irregulares em todo o Distrito Federal. Segundo dados do próprio Governo, cerca de 80 mil lotes foram vendidos, nos últimos 20 anos, para pessoas que assumiram deveres do poder público e instalaram redes elétricas, de água, abriram e asfaltaram ruas e se protegem com uma milícia.

Há uma permanente troca de acusações entre os governos de Cristovam e Roriz em torno da situação. A Secretária de Habitação de Roriz culpa o Governo Cristovam e diz que as ocupações irregulares poderiam ter sido evitadas. "Houve descuido nas operações de fiscalização do Serviço de Vigilância do Solo", acusa Ivelise Longhi.

Sua antecessora, Alexandra Reschke, rebate: "Não fizemos corpo mole, nem depois das eleições. Todas as ações de força necessárias para retirar as novas invasões foram feitas".

Enquanto se busca um culpado, as invasões crescem e se firmam. Até a grilagem de terra pública, alvo de uma CPI na Câmara Distrital de Brasília, ressurge com maior fôlego. Embora a grilagem seja um fato que existe desde a criação do DF, logo após a posse de Roriz, houve uma explosão de gente

atrás de terra, não só para morar, mas, sobretudo, para especular.

O Ministério Público recebe diariamente denúncias de grilagem e invasões. "O Governo subavalia a gravidade das invasões", alertou o promotor de Justiça da Defesa da Ordem Urbanística, Wilton Queiroz de Lima, em uma entrevista ao Correio Braziliense, no início de fevereiro. Até aquela data, ele esperava o envio do mapa das invasões, da parte da Coordenação de Planejamento de Operações do Sivsolo.

As mais de 80 mil famílias que moram em 144 condomínios horizontais à espera de legalização no Distrito Federal tiveram, no entanto, uma notícia alentadora, no início do ano: o Senado aprovou um projeto, facilitando o processo de regularização das terras invadidas. Pela nova lei, será permitido ao poder público implantar projetos habitacionais, a partir da imissão de posse sobre as áreas expropriadas. Assim, caberá ao governo local fazer as adaptações necessárias nos dispositivos municipais relativos ao uso do solo.

Até então, quando o governo desapropria um determinado imóvel, os beneficiários do processo ficam sem qualquer título em relação ao terreno, pelo tempo que durar a ação de desapropriação. "Isso demora muito, de cinco a dez anos", diz o senador Josaphat Marinho(PFL-BA), que foi relator da matéria.

Na realidade, a nova lei, segundo ele, vai simplificar o parcelamento e a legalização de áreas invadidas que se encontram à espera de legalização no Distrito Federal.

Isso, no entanto, só é bom para os grileiros. Miseráveis expulsos de seus barracos, como a baiana Fátima Gonçalves Pereira, que teve seu barraco de lona, à beira da rodovia que segue para o Núcleo Rural de Sobradinho destruído pela polícia de Roriz, foi obrigada a retornar para sua terra natal.

Na derrubada do seu barraco, o Governo ofereceu o Albergue do Migrante para ela passar uns dias, em Taguatinga. "Para o albergue, eu não vou. Já estive lá e é horrível. Um depósito de gente, muita briga. Deus me livre, nós não somos cachorros", desabafou a baiana, inconformada com os maus- tratos.

O albergue é o inferno dos migrantes e dos sem-teto de Brasília. A comida é ruim, os banheiros, sujos, não há segurança e nem privacidade. O cheiro é insuportável e o esgoto escorre pelo piso. Seus moradores convivem com escorpiões e enormes formigas, que picam as crianças. "Eu prefiro mil vezes morar na invasão. Aqui, ninguém dorme. De noite, só tem bagunça e pancadaria", disse Maria do Carmo Pereira, alagoana retirada da invasão do Areal.

Retirantes de todos os cantos, migrantes expulsos dos bolsões de pobreza e miséria continuam cruzando diariamente as fronteiras do Distrito Federal. Concebida como a cidade-síntese da nacionalidade, Brasília não é apenas sede da administração e do poder nacional. É a Capital da Esperança, símbolo e concretização do sonho de todos os que sonham com uma vida melhor.

A cidade "serena, bela e única", como a quis Lúcio Costa, hoje assusta. A questão da terra urbana é bem mais complexa e séria do que muitos imaginam. No mesmo artigo citado no início deste capítulo, o governador Joaquim Roriz dá a mão à palmatória.

"Um raciocínio simplista – diz ele – poderia levar à conclusão de que, deixando de oferecer lote a quem procura, e expulsando sumariamente quem invade terra pública ou alheia, a migração acabaria. Mesmo que fosse verdade, pergunto: Quem ousaria fazer isso, deliberada e sistematicamente? Mais ainda: Quem conseguiria fazer isso?"

E acrescenta: "Meu Governo não está promovendo, como apregoam os maledicentes, uma farra de lotes. O excesso de demanda por habitações no DF é um problema quase insolúvel. Pelo menos aqui, no nosso espaço, e no horizonte de tempo em que nos compete agir. Ele resulta de questões estruturais de todo o país".

O historiador e economista Paulo Bertran, com diversas obras publicadas sobre o Brasil Central, diz, em artigo no Correio Braziliense, de 16 de janeiro de 1999, que "a brutal reversão da população rural e o fracasso das pequenas e médias cidades em reter esse fluxo de desvalidos formam o cenário de uma tragédia urbana em Brasília".

"Durante os 30 anos do regime militar (estes queriam uma capital geopolítica de população reduzida), a política fundiária foi muito restritiva e, apesar da implantação da Ceilândia e da exploração de loteamentos particulares, não houve atendimento satisfatório à demanda reprimida", observa.

"Pipocaram as invasões, seja da classe média sobre os condomínios, seja dos pobres sobre diversas outras áreas. Surgiram os famosos assentamentos, que, àquela altura, tiveram um reflexo sociológico inesperado, qual seja o aumento da pressão demográfica dentro e principalmente na área goiana, a oeste da Grande Brasília", acrescenta.

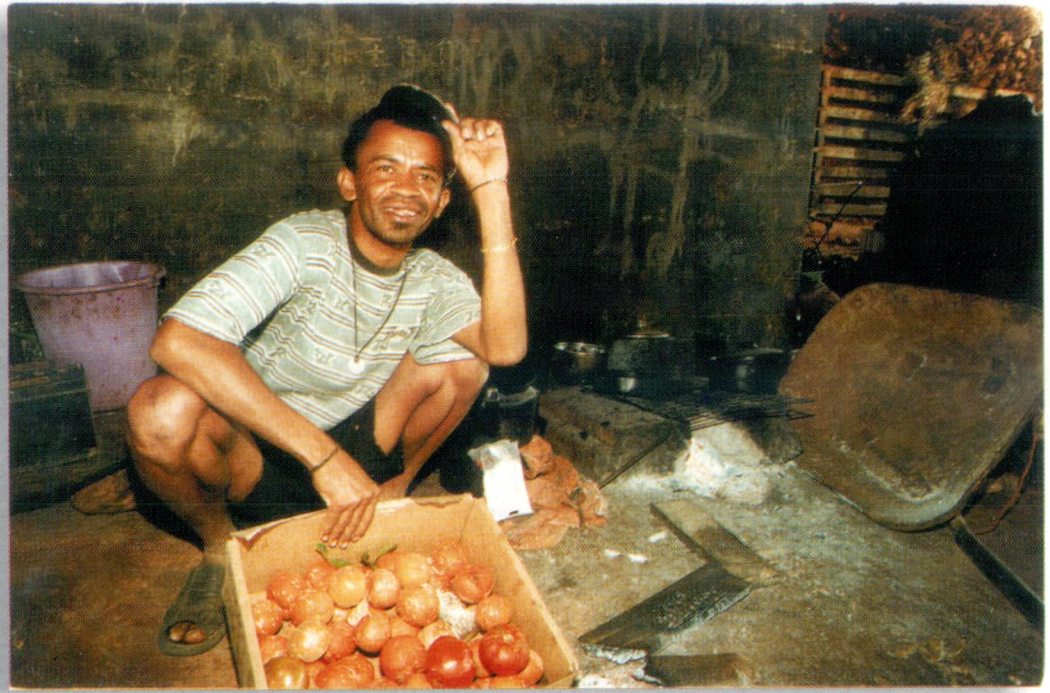
O reflexo sociológico virou uma fonte inesgotável de sonhos eleitorais. O maior exemplo é o próprio governador Joaquim Roriz, que teve o apoio da massa de inva-

sores para ser reconduzido ao Palácio Buriti. As invasões se traduzem, assim, em lições de política, mas os movimentos sociais não podem se limitar a serem observados como manuais vivos de política. Precisam ser lições de soberania.

Fotos

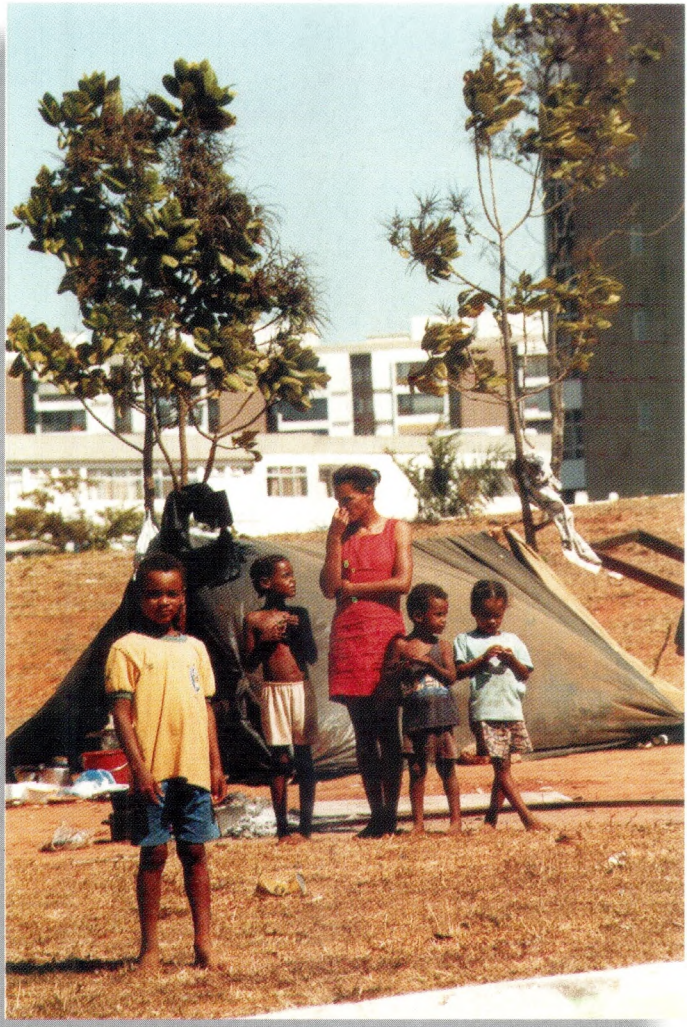
A baiana Maria do Socorro come o que encontra no lixo, a quinhentos metros do Palácio do Planalto.

Uma típica família de imigrantes nordestinos numa invasão no Plano Piloto.



Gildebobi: filho triturado por ratos enquanto pedia esmola.

Os excluídos vivem sob pontes e marquises de Brasília.



O eixinho da Asa Norte virou, literalmente, abrigo dos sem-teto.

Na falta de banheiro, a criança improvisa o seu banho em um tonel onde mora em um lixão.

O comércio do lixo: a saída econômica para os migrantes.

Barraca de lona habitada por invasores em frente a um prédio público.

Perfil de Magno Martins

Pernambucano de Afogados da Ingazeira, a 386 km do Recife, Magno Martins já assumiu os mais diversos cargos em redações de jornais de Brasília e Pernambuco, estando, hoje, à frente da Agência Nordeste, produto, aliás, da sua inquietude.

É na reportagem, no entanto, que está o fascínio e a sua razão de viver. Ele faz parte de uma tribo em extinção – a dos jornalistas que sabem que a manchete do dia seguinte está nas ruas, nunca nas redações, cada vez mais frias e artificiais com o advento da Internet.

"Faro" apuradíssimo, Magno Martins publica agora seu segundo livro, fruto também de um trabalho jornalístico. Com "O Nordeste que deu certo ", seu primeiro livro, deu uma contribuição para quebrar o preconceito de que a Região é apenas um lastro de miséria.

Com o "O lixo do poder ", baseado em uma série de reportagens que publicou na Folha de Pernambuco, em 1998, sendo finalista do prêmio Cristina Tavares de Jornalismo, desmistifica Brasília, olhada pelo resto do país como a cortesã do poder. A Brasília retratada pelo repórter está longe de ser o que se convenciou chamar de "Ilha da Fantasia ".

Magno Martins começou sua carreira como correspondente do Diário de Pernambuco em Afogados da Ingazeira, em 1980. Bacharel em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco, transferiu-se para Brasília em 1984.

Em Brasília, trabalhou no Correio Braziliense, Jornal de Brasília, Última Hora, O Globo, Agência O Globo e Agência Meridional. Abriu e dirigiu a sucursal do Diário de Pernambuco e foi correspondente da Folha de Pernambuco e das rádios Clube e Globo, do Recife. Entre 1996 e 1998, presidiu o Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados.

Em 1990, dirigiu o Comitê de Imprensa do então candidato a governador de Pernambuco, Joaquim Francisco e, em 1991, assumiu a Secretaria de Imprensa daquele Estado, ficando apenas um ano no cargo. De volta ao batente, escreveu "O Nordeste que deu certo " e, desde abril deste ano dirige a Agência Nordeste, a primeira agência de notícias regionalizada, numa sociedade com o empresário Eduardo Monteiro, presidente da Folha de Pernambuco.

Este livro teve a sua impressão concluída em agosto de 1999,
nas oficinas das Edições Bagaço, à Rua dos Arcos, 150 –
Poço da Panela – Recife.
Foi composto no tipo Garamond, no corpo 14 /16.8
com tiragem de 2000 exemplares.